

Valor da Multa a ser recolhido: 60% (sessenta por cento) do valor do Auto de Multa nº 67-015.113-1 devidamente atualizado, conforme previsto no **artigo 24 do Decreto Municipal nº 54.421/13**, e nos termos da **Lei Municipal nº 13.275/02**.

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E APOIO AOS COLEGIADOS

Documento: 105585134 | Ata

265ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Data: 13/06/2024

Duração: 3 horas e 16 minutos.

Local: Predio SVMA, Térreo - Sala de Reuniões

Online- Plataforma Microsoft Teams

Pauta:

1. Aprovação da Ata da 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;

2. Posse do Conselheiro Titular Sr. YURI HORALEK E DOMINGUES e Conselheira Suplente Sra. ANA LÚCIA DA COSTA NEGREIROS, representantes da **Secretaria Municipal de Justiça**;

3. Apresentação: **“Jardim de chuva”** Conselheira Estela Macedo Alves - IAB;

4. Apresentação do **“Projeto de Educação Ambiental FFA Brasil”** Conselheiro Mario Albanese - SIMPI;

5. Apresentação **“Transporte Aquático”** Conselheira Janaina Decarli - SMT ;

Participantes

Mesa Diretora:

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC

Rute Cremonini de Melo - Secretária Executiva

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete

Assessores:

Neusa Pires - Assessor

Yan Furtado Monteiro - Estagiário

Apresentadores Técnicos convidados:

Rodrigo Martins - Diretor SVMA/CPA

Otávio Prado - Técnico SVMA/CPA

Conselheiros(as):

Ligia Palma de Barros Latorre Lobo

Marcos Antonio Santos Romano

Eduardo Murakami da Silva

Patrícia Marra Sepe

Guilherme Iseri de Brito

Janaina Soares Santos Decarli

Douglas de Paula D'Amaro

Fernanda Lanes Aguiar Cezar

Adriana Maria Sabbag Neuber

Magali Antônio Batista

Patrício Gomes Moreira

Claudio de Campos

Thais Joyce da Silva Amorim

Licia Mara Alves de Oliveira Ferreira

Kelly Akemi Mimura

Yuri Horalek e Domingues

Ana Lucia da Costa Negreiros

José Carlos da Silva Paludeto

Alexandra Viegas Oliva

Rosélia Mikie Ikeda

Anita de Souza Correia Martins

Juliano Ribeiro Formigoni

Guilherme Del Nero Fiorellini

Marco Antônio Lacava

Estela Macedo Alves

Edilene Souza Machado

Sérgio Canuto da Silva

Carlos Alberto de Moraes Borges

Mario Luís Fernando Albanese

José Ramos de Carvalho

Tereza Cristina M. Da Cunha

Jaciara Schaffer Rocha

Fanny Elisabete Moore

Maria de Fátima Saharovsky

Delaine Guimarães Romano

Celina Cambraia Fernandes Sardão

Marcelo Rebelo de Moraes

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Bom dia, dia de sol, bacana. Bons amigos aparecendo aqui na minha telinha. Feliz aí com a presença de todos. Até a Tamires. Você está aí também, Tamires?

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Hoje eu vou participar, tenho um informe importante.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Legal. Vamos começar então. Na qualidade presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, dou início a 265ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo, convocado nos termos do Art. 7º do Regimento Interno, conforme a Resolução CADES nº 140 de 2011, que se realiza na data de hoje, dia 13 de junho de 2024, a partir das 10:11 da manhã, presencialmente na nossa sala de reuniões aqui na nossa sede da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, e virtualmente pelo nosso ambiente Teams, plataforma Microsoft Teams. Passo agora para a nossa sempre coordenadora, Sra. Liliane Arruda, para darmos início à nossa reunião e pauta do dia. Muito obrigado e feliz de ver vocês. Vamos em frente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Carlos. Carlos está aqui do meu ladinho, nosso companheiro aqui do CADES Municipal. Quero agradecer e eu quero agradecer a nossa chefe de gabinete que prestigiou a nossa reunião de hoje. Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Educabras, hoje nós estamos com o Mylon e a Aline. Sejam muito bem-vindos, Mylon e Aline. A presença de vocês aqui, como a gente tem falado, vocês são muito importantes aqui para a gente nas reuniões dos CADES regionais e dos CADES municipais. Obrigada. Secretário, com a sua licença, nós temos hoje dois informes que não foi colocado em pauta e não foi publicado em pauta, mas será gravado e será publicado agora nessa pauta de hoje. O primeiro informe é da nossa chefe de gabinete, da Secretaria do Verde, sobre a Conferência Municipal do Meio Ambiente. Eu passo a palavra agora à nossa chefe de gabinete, Tamires Oliveira, por favor, para o primeiro informe.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Obrigada, Lili. Na verdade, eu vou dar dois informes em um. Vou aproveitar aqui. Primeiro, bom dia para todo mundo. A gente recebeu, recebeu não, né. O Ministério do Meio Ambiente publicou algumas portarias que eu acho que é importante dar conhecimento a vocês. Então, no dia 27 de março de 2024, foi publicada uma portaria que recria as comissões tripartites estaduais e a comissão bipartite do Distrito Federal. Essas comissões, cada estado tem sua comissão, pelo estado de São Paulo, a gente tem os representantes do IBAMA, do ICMBio, do governo do estado de São Paulo e o município de São Paulo, por ser capital, também faz parte, representando todos os municípios do estado. Então, essas comissões foram reativadas e nós teremos a nossa primeira reunião amanhã. Então, à medida que essas coisas forem acontecendo e evoluindo, a gente também reporta aqui no CADES, o que está acontecendo a nível federal e estadual, porque, de fato, estava desativada há muito tempo e agora foram recriadas essas comissões. Eu vou passar aqui só para vocês terem ciência de quem são as pessoas nomeadas nessa comissão. Representando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, nós temos como titular pelo IBAMA a Perla Carolina Leal Silva Miller, como suplente o Murilo Repli Penteadó Rocha. Pelo ICMBio, Ingrid Maria Furlan Oberg e como suplente Rose Lilian Gasparini Morato. Dos representantes dos órgãos estaduais do meio ambiente, como titular, a Secretária do Estado do Meio Ambiente, que é a Natália Rezende Andrade Ávila, e o suplente, Jonathan Souza da Trindade. Depois, como segundo titular, Tomaz Miyazaki de Toledo e como suplente, o Rodrigo Levkovics. Depois representando os poderes executivos municipais. Pela ANAMA, que é a Associação Nacional dos Municípios, uma coisa assim, agora eu não vou lembrar exatamente o nome, mas temos o titular, que é o Rogério Menezes, como suplente, o Marcelo Pereira Manara, e pelo Órgão Ambiental

da Capital do Estado, o titular é o Ravena, nosso secretário, e como suplente, eu. Então, essa é a composição da comissão tripartite daqui do Estado de São Paulo. E aí, no mês seguinte, isso foi publicado no dia 27 de março, e aí, o que nos interessa aqui, de fato, na reunião do CADES, é a portaria 1.045 do dia 22 de abril de 2004, em que a ministra do Meio Ambiente convoca a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A convocação para essa conferência nacional implica também na convocação das conferências estaduais e das conferências municipais do meio ambiente. É o que está acontecendo em todos os outros temas. Então, a SMUL está discutindo a Conferência das Cidades, tem a Conferência de Direitos Humanos, tem várias, e a nossa é a Conferência do Meio Ambiente. Essa portaria foi publicada no dia 22 de abril no Diário Oficial da União. E aí, para conhecimento de vocês, a gente foi notificado sobre essa portaria somente no dia 13 de maio, (som ininteligível) Diário Oficial ser público, mas eu não olho o Diário Oficial da União, olho o Diário Oficial do Município. Então, no dia 13 de maio, todos os municípios, os estados receberam um ofício do Ministério do Meio Ambiente informando como deveria se dar esse procedimento para a convocação da Conferência Municipal. E no próprio 13 de maio, eles já convocaram a gente para uma oficina no dia 16 de maio, e a princípio, a gente deveria, até o dia 5 de julho, num prazo de cerca de 40 dias, fazer a Conferência Municipal do Meio Ambiente. Quando a gente viu, a gente já de cara viu que isso era completamente impraticável, era absolutamente inviável a gente fazer qualquer convocação dessa conferência a nível municipal, principalmente falando de São Paulo, que é uma cidade-país quase. E na oficina que eu participei no dia 16 de maio, não só eu, como todos os representantes dos municípios expuseram isso, que olha, é impraticável, absolutamente, não tem condição da gente fazer isso nesse prazo. E principalmente porque para o município fazer a sua conferência, a gente depende da organização do governo do estado. Então, a partir da convocação do Ministério do Meio Ambiente, os estados têm que fazer suas comissões organizadoras e dar as diretrizes para que os municípios façam suas comissões organizadoras e organizem sua conferência. Ou seja, o tempo era exíguo e era inviável isso ser organizado, principalmente porque esse ano a gente tem eleição municipal. Então, os municípios foram muito prejudicados. E todo mundo expôs isso, quando foi no dia 28 de maio, houve uma alteração da data para a realização da conferência municipal. Então, hoje o nosso prazo para a conferência municipal do meio ambiente é dia 15 de dezembro. Então, até o dia 15 de dezembro, a gente tem que realizar a conferência municipal do meio ambiente aqui no município de São Paulo. Nós ainda dependemos da criação da Comissão Organizadora do Estado para poder dar as diretrizes e vir aqui para o CADES expor como que essas coisas devem ser organizadas. Há uma sugestão de utilizar os próprios membros do CADES ou quem os membros do CADES, no nosso caso, que temos o Conselho do Meio Ambiente Municipal, escolherem para compor essa comissão organizadora. Então, tem todo um procedimento que é o Ministério do Meio Ambiente que faz, que determina como deve ser. E amanhã, como a gente tem essa primeira reunião da Comissão Tripartite, que eu falei da formação dela no meu primeiro informe aí, amanhã talvez a gente vá saber exatamente quais serão os próximos passos. Então, eu já estou avisando todo mundo desde já, porque provavelmente na nossa reunião de julho aqui do CADES, a gente já tem que trazer, de fato, como pauta para a gente começar a se organizar e fazer uma conferência legal até o dia 15 de dezembro. Lembrando que nós não podemos fazer no intervalo de 6 de julho a 27 de outubro, por conta das limitações da eleição. Então, imagino que a gente realmente vai deixar para acontecer em dezembro, até para a gente ter tempo hábil de poder se organizar melhor. E uma outra coisa importante, amanhã, nessa reunião, eu pretendo entender melhor como isso funciona, mas enquanto representantes do movimento ambientalista, que todo mundo tem algum vínculo, o governo federal também dá diretrizes para as conferências livres, que são essas organizadas pela própria sociedade civil, porque depois tem toda a formação da delegação de cada estado, e quem fizer essas conferências livres também vão poder participar da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que agora já está prevista para, se eu não me engano, abril ou maio de 2025. Então, é um processo bastante complexo, e eu estou trazendo aqui só para vocês terem conhecimento disso mesmo, e acho que na próxima reunião a gente insere aí como pauta, de fato, para poder iniciar essa discussão. Qualquer dúvida, estou aqui à disposição. Lili. Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Tamires, pela sua explicação. Algum conselheiro e conselheira aqui presente, aproveitar a Tamires aqui para tirar dúvida, por favor, ou alguma informação que ela possa, no momento, nos responder. Aí, se ela não conseguir, amanhã ela tem essa reunião e ela traz para a gente via e-mail. E aí eu respondo para vocês. Temos aqui a Patrícia Sepe, por favor. Patrícia Marra Sepe: Oi, bom dia a todas e todos. Bom dia, Tamires, tudo bem? Só queria também, aproveitando o seu informe, dar o informe da Conferência da Cidade. A conferência foi prorrogada, a Conferência Nacional da Cidade foi prorrogada para o ano que vem, por conta do Rio Grande do Sul. Nossa conferência no município seria 22 e 23 de junho, e depois de uma reunião, eu faço parte da comissão organizadora, o município está propondo ser realizado no segundo final de semana de abril de 2025. Então, é isso. Só que, por enquanto, ainda o Estado está reticente de mudar, mas, até agora, 90% das cidades ainda não convocaram suas reuniões, suas conferências municipais. Então, a gente está imaginando que vai ter que ser realmente mudada a data. E até porque se São Paulo não participa, a conferência fica muito esvaziada. Então, é isso, só para reiterar, gostaria, já me disponho a estar participando, porque eu acho que os temas são muito próximos. E é isso. E daí nós vamos continuar, ainda que a conferência das cidades vai ser em abril do ano que vem, a gente

vai continuar com a comissão atual, porque a ideia é fazer reuniões e seminários regionais. Então é isso. Obrigada, Tamires.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Patrícia. Jaciara, por favor.

Jaciara Schaffer Rocha: Oi, bom dia a todos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Bom dia.

Jaciara Schaffer Rocha: Só parabenizar a Tamires para mais uma árdua função e saiba que eu estou à disposição para ajudar. E só para reiterar, quando você disse, e foi só um pequeno equívoco, a lei 1.045 de abril de 2004, na verdade é 2024, porque em algum momento a gente sempre confunde essas datas e foi só uma, porque como deixou gravado, então. Só para...

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Você diz a Portaria, né, Jaciara.

Jaciara Schaffer Rocha: Eu acho que em algum momento você falou isso.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Portaria, GM, MMA, 1.045 de 22 de abril de 2024, então. Corrigindo.

Jaciara Schaffer Rocha: Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Jaciara, pelas suas considerações. Carlos, por favor?

Carlos Alberto de Moraes Borges: Bom dia. Só uma pergunta. Bom dia a todos. Existe um objetivo específico desse evento? Claro que tem uma questão de conhecimento, de valorização do tema, mas tem um propósito de se deliberar alguma coisa, de se criar condições para na sequência haver estabelecimento de algum plano? Como é que na prática se tem a expectativa do resultado? Obrigado.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Alguém mais quer perguntar mais alguma coisa? Essa eu tenho condição de responder já. O material que a gente recebeu. Carlos, o material que a gente recebeu, ainda em minuta, ele estrutura, assim, toda a conferência, ele vem bem determinado como a gente tem que fazer. Então, o Ministério do Meio Ambiente, ele determina que a gente trabalhe em 5 eixos. Deixa-me só ver se encontro muito rápido aqui para te falar quais são. Cadê os meus eixos? Aqui. Então, ele determina que o evento seja estruturado e seja uma discussão dos poderes públicos junto com a sociedade civil. 5 eixos, então. Mitigação, o que deve ser feito para reduzir as emissões de gás de efeito estufa no Estado. Adaptação, eu estou lendo o Estado porque eu estou com o documento do Estado. Então, para nós seria município, porque futuramente isso vai ser publicado. O eixo 2, que é adaptação, o que deve ser feito para prevenir riscos e reduzir perdas e danos ocasionados pela mudança do clima. Eixo 3, justiça climática, o que deve ser feito para superar as desigualdades causadas pela mudança no clima. Eixo 4, transformação ecológica, o que deve ser feito para descarbonizar a economia gerando inclusão social. Eixo 5, governança e educação ambiental, o que deve ser feito para gerir políticas no Estado que envolvam o governo e a sociedade para enfrentar a mudança no clima. A ideia é que esses 5 eixos sejam discutidos junto com a sociedade. Cada município tem um número "X" de propostas que têm que ser definidas. Essas propostas vão ser submetidas à conferência estadual. E aí cada estado, se eu não me engano, sai com 20 propostas para a conferência nacional, que aí a nível nacional isso serão discutidos e aí vão ser determinados, eu não sei se planos, políticas públicas estabelecidas, linhas de financiamento, de crédito, eu não sei efetivamente como que isso vai se desdobrar, mas cada conferência tem como produto sair com propostas para cada um desses eixos para mandar para o Estado, que o Estado manda para o governo federal. Então, por isso, quando pediram para fazer isso em 40 dias, era absolutamente inviável. Você fazer uma discussão com a população e estabelecer propostas, discutir todos esses cinco temas, que são supercomplexos, era inviável e agora até o dia 15 de dezembro a gente precisa se organizar. Eu não sei se eu respondi objetivamente a sua pergunta, mas é isso.

Carlos Alberto de Moraes Borges: Respondeu sim. O que eu acho que é o desafio para nós é articular as diversas ações que acontecem em relação ao mesmo tema. Nós, por exemplo, tivemos uma reunião lá com o SECOVI e várias entidades ligadas à Constituição Civil, com o secretário Natalini, lá de mudanças climáticas e a equipe dele, e nós apresentamos uma série de trabalhos que estão sendo feitos e eventualmente a gente poderia também agregar. Eu acho que talvez até o secretário Carlos, talvez até em algum momento, vale a pena, apesar de o tema estar mais ligado diretamente à Secretaria de Mudanças Climáticas, mas como ele tangencia o meio ambiente, talvez valha a pena a gente apresentar o que esse grupo está fazendo e que já foi apresentado, porque pode, de alguma forma, ter uma matéria-prima a mais, uma informação a mais para colaborar com todo esse processo. Ok? Mas respondeu sim, agradeço aí a resposta.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Obrigada, Carlos. Quem vai coordenar toda a organização da conferência é a gente. Então, a gente está superaberto para antecipar algumas conversas, quem quiser, está aberto para todo mundo, para a gente poder ir pensando como a gente constrói essa dinâmica, porque a gente vai ter que pensar em alguns encontros, em algumas coisas que abarquem o município como um todo. E eu acho que a nossa vantagem, Carlos, sendo o município de São Paulo, a gente tem um conjunto de planos setoriais muito robusto. Então, também vai passar aí para uma revisão da gente entender se esses planos realmente estão sendo efetivos e como as propostas municipais aqui do município de São Paulo, elas vão estar, estão diretamente ligadas ao planejamento que a gente já fez. Então, também vai ser um momento de balanço. O que planejamos está acontecendo, de fato? E o que não está acontecendo, o que a gente pode, talvez, precisar de maior estrutura para que isso realmente a gente consiga

pavimentar a realização disso? Então, acho que a gente vai discutir nesse nível.

Carlos Alberto de Moraes Borges: Perfeito. A gente está à disposição para colaborar com o SECOVI. Obrigado.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Obrigada, Carlos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Tamires. Até então, Tamires, só para uma consideração nossa aqui, na comissão daqui da eleitoral, que a gente estava, que nós estamos, eu, a Rute e todos, eu já tinha proposto também, eu não sabia dessa conferência, né, e no Inter conselhos a gente já estava tentando fazer também, para o ano que vem, a primeira conferência municipal englobada a todos os conselhos da cidade de São Paulo, junto aos nossos conselheiros também. Então, é uma coisa legal. Eu fico feliz por isso, né, Rute. Que eu já estava planejando também algo como conferência municipal. Então, aí a gente para o nosso projeto por enquanto, que eu já estava estudando, e aí a gente espera a sua posição dessa conferência, que é do dia 15 de dezembro. Então, só para deixar registrado aí, que eu já tinha conversado com alguns conselheiros também, sobre a conferência municipal que iria fazer com os conselhos. Então, Jaciara, a Jana, o Albanese, que eu já estava mais ou menos montando um grupinho. Então, vamos esperar a partida da Tamires para ela ver como é que vamos proceder, para depois a gente deixar cancelado o nosso procedimento aqui da nossa conferência. Eu já estava planejando fazer uma para o ano que vem, que daí a gente faz o Inter conselhos. Então, só para deixar registrado Tamires. Ramos, por favor.

José Ramos de Carvalho: Bom dia a todos. É excelente esse evento. Pena que nós estamos aí num segundo semestre muito difícil também. Mas eu vou na linha da Liliane, enquanto a Associação Paulista de Gestão Ambiental, Tamires, a gente tem os contatos com as principais universidades de São Paulo, (som ininteligível), USP, da Formação de Gestão Ambiental, assim como a ESALQ. Temos até um encontro na ESALQ agora em agosto. E a UFScar, que é federal, que está lá no fundo de São Paulo, perto de Prudente. Então, eu acho que a gente também se coloca à disposição para colaborar juntos aos acadêmicos e tal, para que a gente possa trazer mais substância para esse evento. Aí ficamos à disposição Tamires e vamos em frente.

Tamires Carla de Oliveira - Chefe de Gabinete: Obrigada, Ramos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, José Ramos. A nossa conferência, a Tamires agora está à frente, então a gente para um pouquinho com o nosso grupo interno e a gente a espera dar uma posição melhor para nós, mas assim, a gente continua ainda na nossa conversa interna. Não vou deixar de dar apoio a todos nós aqui, principalmente a você que está muito engajado conosco. Obrigada, Tamires, está convidada a continuar conosco aqui na nossa reunião, se caso você não estiver outra reunião presente. Mas, no momento, nós não temos mais perguntas sobre a conferência municipal. Passando agora para o segundo informe, a apresentação sucinta sobre o portal Biosampa do site da Prefeitura de São Paulo, que foi colocada. O Rodrigo acabou de chegar aqui. Bom dia, Rodrigo. Bom dia, Otávio. Então, eles vão passar para vocês como será o portal que já está implantado e as maiores informações estão aqui com o nosso diretor do CPA, nosso amigo Rodrigo, e ele vai estar apresentando e vai explicar para vocês como é que vai ser o funcionamento aqui das diretrizes. Seja bem-vindo, Rodrigo. Seja bem-vindo, Otávio, em nome da nossa coordenadora Rosélia. Quero agradecer imensamente vocês aqui com a gente e eu passo então a palavra ao nosso diretor Rodrigo.

Rodrigo Martins - Diretor SVMA/CPA: Bom dia. Meu nome é Rodrigo, sou diretor de patrimônio ambiental dentro da coordenação de planejamento ambiental. Nós apresentamos na sexta-feira, na quarta-feira da semana passada, o prefeito lançou o site, o portal do Biosampa, que é um conjunto de indicadores que a nossa divisão organiza já desde 2019. E na sexta-feira a gente apresentou na UMAPAZ, uma apresentação técnica mostrando alguns como que ele funciona. Eu vou compartilhar a tela aqui para disponibilizar o site e o nosso técnico Otávio, que é um geólogo, um dos que coordena também isso dentro da divisão, vai explicar melhor como é que funciona o sistema. Deixa-me compartilhar aqui. Rapidamente, só para dizer que esse site aqui, ele agora está no ar para qualquer munícipe consultar. Biosampa.prefeitura.sp.gov.br e ele é resultado de um trabalho, como eu disse, desde 2019, com diversas publicações que a Secretaria do Verde organizou, juntando 23 dados de biodiversidade. Esses dados, eles utilizam uma metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas, a Convenção de Diversidade Biológica, que é um dos órgãos da ONU. Ele foi pensado para mostrar a biodiversidade das cidades em comparação com outras cidades do planeta. No primeiro indicador, o primeiro resultado, que é de 2019, a gente tem aqui o PDF, ele foi feito só pensando no município como um todo, e aí depois, a partir do ano de 2020, a gente começou a organizar essa publicação, separando também, pensando cada subprefeitura como município também. Então, ele já aparece, isso é importante para a gente entender as disparidades internas do município. Então, o índice Biosampa serve não só para comparar São Paulo, com outras cidades do planeta, inclusive, ela foi indicada por uma das publicações da ONU, a última que foi recente sobre esses indicadores, ela teve destaque, o Biosampa, num artigo científico publicado pelos organizadores da metodologia, mostrando a organização e o potencial que esse indicador tem, no caso de São Paulo, que ele seguiu exatamente a metodologia que a ONU determina. E agora também a gente pode comparar não só São Paulo com outras cidades, mas também as subprefeituras, a sua dinâmica de biodiversidade interna. Então vou pedir agora para o Otávio

mostrar as outras ferramentas que a gente tem aqui no portal. Além desses PDF que eu mostrei aqui já o 19 e o 20, a gente tem o 21. Então isso aqui são os PDF das publicações que foram e que estão disponíveis no site da Secretaria do Verde. Nós temos aqui os 23 indicadores, a parte 1 dele é dados gerais da cidade, e a parte 2 já entram os indicadores ano a ano, cada publicação foi aumentando o ano, a última foi de 2022, nós estamos agora organizando os dados para lançar a publicação de 2023, referente ao ano de 2023, onde vai ter uma inovação, além de ter esses 23 indicadores, nós teremos mais seis indicadores, também foi recomendado agora na revisão da metodologia da ONU, e a gente está organizando para lançar nessa próxima publicação os outros seis novos indicadores. Então, Otávio, mostra para a gente como é que funcionam as duas ferramentas. Muito obrigado.

Otávio Prado - Técnico SVMA/CPA: Olá, bom dia. Então, fizemos esse hotspot, porque ele vai ser o primeiro módulo do Geoambiental, que a gente tem um sistema que chama Geoambiental, que é interno, SVMA, foi o primeiro módulo na internet. Nós temos mais ou menos umas 15 a 20 camadas que já estão no GeoSampa. Estou falando mais ou menos, tem algumas que estão sendo modeladas ainda. Então, algumas coisas que têm no Geoambiental já estão presentes no GeoSampa. O GeoSampa é o repositório oficial de dados georreferenciados da Prefeitura de São Paulo. O Hotsite foi criado porque o GeoSampa é um produto muito específico, então a gente pegou um extrato do que a gente tem no sistema Geoambiental para o sistema interno e a gente vai mostrar agora algumas particularidades deles. Então a primeira coisa que eu vou mostrar para vocês é o painel de monitoramento. O painel de monitoramento é mais ou menos parecido com o motor do Observa Sampa, porque na verdade a gente trabalha com módulos muito parecidos. Então no Geoambiental a gente tem o equivalente a um painel de indicadores que a gente chama painel de monitoramento com dados da secretaria como um todo. E a gente fez o extrato do Geoambiental. Então mostrando especificamente no Geoambiental a gente tem esses (som ininteligível) que são todos os indicadores. Então clicando em qualquer um deles vai aparecer a opção de mostrar todas as regiões ou uma subprefeitura em particular. Eu vou colocar todas as regiões e todos os períodos, porque a gente tem os dados de 2020, 2021 e 2022 no painel de indicadores, porque em 2019 a gente não tinha ainda feito para a subprefeitura, era para o município inteiro. E a primeira coisa que aparece, que é muito interessante, então tem esse gráfico aqui ao lado direito, que mostra em uma barra todos os dados, ano a ano. E, do lado esquerdo, a gente tem o mapa temático, que é uma novidade, porque não existe mapa temático, por exemplo, de GeoSampa. Não dá para você colocar lá, porque ele cobriria tudo. Então, isso foi uma inovação do nosso sistema, que está sendo mostrado para as pessoas em geral. Pegando aqui, parcerias de projetos de biodiversidade, a gente vai mostrar uma coisa que também é muito interessante. Como isso muda ano a ano, a gente tem aqui no lado direito, se eu for trocar os anos, por exemplo, em 2022, o mapa já é diferente, o mapa temático. E algumas subprefeituras tiveram mais programas de biodiversidade que as outras. Se a gente pega 2021, e aqui do lado direito a gente vai vendo o gráfico que vai mostrando os valores. Vocês podem perceber que eles vão mudando, sim, porque mostra a evolução dos programas ao longo dos anos, que não é constante. A gente vai reformular esse site mais para frente, mas, por enquanto, nesses três pontinhos, é possível conseguir tanto a ficha dos indicadores, para explicar o que é cada um desses indicadores. Ele desce, mas eu não vou conseguir agora. E o outro é a tabela de dados. Então, os dados que foram o subsídio para os mapas estão aqui. Então, qualquer um consegue baixar esses dados. Tem a atualização, a data, o nome da variável em região e os períodos. Então, tem tudo aqui. Então, esse é o painel dos indicadores. Como ele está na internet, vocês podem entrar neles, procurar, ver e ter mais informação. E o segundo módulo é o Webmap. O Webmap é como se fosse o GeoSampa. Isso é um extrato do Geoambiental. Ele é feito na mesma plataforma que o GeoSampa, mas a gente está usando uma plataforma um pouco mais nova, porque ele tem algumas funcionalidades que ainda não estão implementadas no GeoSampa. E eu vou mostrar uma delas. Então, o que ele é? Um mapa igual ao GeoSampa, a navegação é igual, e eu tenho algumas camadas só. Como ele é o extrato do Geoambiental, hoje o Geoambiental, ele tem quase 200 camadas. Aqui nós não temos todas, a gente só tem as camadas de Biosampa e algumas camadas base. Então vou pegar as camadas de 2022. Pegar um indicador de conectividade. Ele vai mostrar aqui no mapa. E uma coisa que é muito interessante, que eu falei que é uma das inovações nossas, a gente tem associado o metadados. Então tem esse ícone que parece um caderninho. Se eu clicar nele, ele vai aparecer o metadados da camada. E nesse metadados a gente tem, só não consigo baixar. Pronto. O que que tem aqui? Por exemplo, não só tem o indicador, mas tem a fórmula que foi usada. Espera aí que tenha subido um pouco. Então tem aqui a metodologia, a forma da metodologia, e como ele foi calculado. Então isso é uma coisa interessante, porque quem consulta este dado na internet, ele tem acesso ao metadados que vai explicar tudo. Quando foi feito o dado, como ele foi feito, ele vai dizer como foi produzido, tem os dados de georreferenciamento dos atributos que estão neles. Então, isso é um diferencial que é exclusivo nosso. E se eu quiser ter alguma informação, tem uma legenda que diz de onde são cada uma dessas categorias. Eu vou pegar aqui um outro que também é uma inovação nossa.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Otávio, só um minuto, por favor. Nós estamos com a Tereza Cristina aqui e ela está só ouvindo. Então, Tereza, informe para você, agora o Otávio está mostrando os mapas. Só para você ficar ciente, para você visualizar mais ou menos que agora está na área dos mapas. Porque a gente vai ter que auxiliar ela aqui. Obrigada.

Otávio Prado - Técnico SVMA/CPA: Vou pegar um, por exemplo. Isso também é uma inovação do Geoambiental. Vocês podem ver que a gente tem não só os polígonos que mostram as áreas onde foram observados os pássaros, mas também esse ciclo, que é o ciclo proporcional. Os dois dão ao mesmo tempo uma ideia da quantidade de pássaros que tem naquele lugar. Sem que eu precise entrar nos dados, então acho que dá para perceber que a gente tem alguns lugares que o ciclo é maior, porque existem mais pássaros registrados. Se eu pegar o botão "I" de informação e clico em uma área qualquer, ele vai me aparecer todos os dados referentes àquilo, inclusive, qual a quantidade de espécies em 2020, 2021 e 2022 desse lugar. Algumas não mudam porque também não aparecem pássaros o tempo todo. E esses dados são cumulativos não são de novidade. Então, de 2020 para 2022 foram reconhecidas mais 10 espécies de pássaros nesse lugar. Se eu clicar em outro, vão aparecer outros dados. Então, essa ferramenta permite que qualquer um não precise ler necessariamente o PDF, que tem todos esses dados tabulados, mas também se vê visualmente. Então, eu quero saber quantos pássaros existem registrados em determinado lugar, eu clico aqui pelo botãozinho e tenho todos os dados daquele lugar. Então, rapidamente, é isso que eu ia mostrar. Então, os grandes diferenciais dele são não só ter essa forma visual de eu saber qual a quantidade, uma estimativa, se eu colocar no botão eu tenho o número exato, mas também, se eu quiser saber mais informação, eu clico lá no metadados e me aparece todas as informações relativas àquele indicador, sem que eu precise ver a publicação como um todo. Mas eu recomendo que veja a publicação como um todo, que ela é muito legal, é muito interessante. E é um trabalho que é muito exaustivo, é um trabalho bem complexo que a gente faz. Então, era isso que eu queria apresentar

Rodrigo Martins - Diretor SVMA/CPA: Vamos aproveitar a oportunidade. Aproveitando os três minutos, eu queria só mostrar a diversidade de indicadores que a gente tem. A gente tem a proporção de áreas naturais, são onde a gente tem vegetação nativa, lembrando que isso não é a área vegetada da cidade, a gente tem outro estudo da Prefeitura e da Secretaria que vai estudar a vegetação como um todo, se ela é nativa, exótica, gramínea ou não. Aqui é só o que é nativo, identificado como nativo. E aí nós temos a conectividade, que já foi mostrado, a diversidade de aves em ambiente construído, que tem os círculos, a mudança de plantas na cidade, o registro de plantas na cidade também nós temos, o de pássaros que já foi apresentado pelo Otávio, de borboletas também, registro de borboletas, registro de mamíferos, registro de briófitas, que é um grupo de plantas não vasculares, tipo musgo e líquens, registros de áreas naturais protegidas com vegetação, a vegetação dentro da área protegida da cidade, as espécies invasoras de fauna e flora, onde foram registradas também, tanto de flora como de fauna, esse é o de fauna, depois a gente tem a quantidade de água, a regulação de água, que são as áreas permeáveis na cidade. Ele está lendo toda a área que é esponja na cidade, que absorve. Tem um outro que, quando ele está apagadinho, é porque a escala que está visualizando, não é possível ler o mapa. A gente tem que dar um zoom para poder ligar esse de regulação de carbono, o estoque de carbono que a gente usa a copa das árvores que está também no GeoSampa. Então a gente usa a quantidade de copas, ele demora um pouquinho que é um dado bem pesado, por isso que ele não visualiza no zoom total. Enquanto ele lê aí, eu vou pedir para vocês verem em casa porque a internet aqui não está muito boa. Aí depois projetos de biodiversidade, onde a Secretaria do Verde, basicamente, desenvolve os seus projetos. Vamos deixar ele ler aqui que isso é importante. A diversidade de projetos que teve em 2022 da Secretaria do Verde voltada à biodiversidade. Capacidade institucional são as funções de biodiversidade, como museus, o herbário, o CeMaCAS e museus ligados à biodiversidade, zoológico também, jardim botânico. Aqui a localização das parcerias da Secretaria do Verde com outras secretarias, onde está desenvolvendo essas parcerias. Também participação e parceria, os conselhos gestores, quais são ativos e inativos, quais foram implantados, quais estão em implantação, para a gente ver na legenda. O verde em 2022, a gente tinha ativo todos esses verdes, o amarelo os que estavam inativos, mas eram existentes e o vermelho é o que está inexistente em 2022. A gente está atualizando isso para 2023. E tem de 20 e 21 também disponível na plataforma. Aí a gente tem um outro indicador, já está concluindo, que é também participação e parceria, que são os conselhos regionais. A gente vê aí que a gente tem todos os ativos em 2022, que são os conselhos de subprefeituras. A gente tem também participação e parcerias, projetos ligados a programas, projetos e programas de biodiversidade. Então, a gente tem aí também, em parceria, desculpe, porque a gente teve um indicador que é projetos da secretaria, e esses são os projetos em parceria com outras instituições. Aqui são a educação formal, são as escolas públicas e particulares na cidade de São Paulo, que utiliza no currículo básico, trata da biodiversidade, sobretudo nas disciplinas de ciências e geografia. E aqui, por último, o indicador de educação ambiental, todos os eventos ligados à educação ambiental que a Secretaria do Verde desenvolveu na cidade em 2022. A gente teve uma maior concentração no Ibirapuera, que é onde fica a UMAPAZ. Mas a gente teve também diversos eventos acontecendo pela cidade. É isso. Muito obrigado. Estamos abertos a dúvidas.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Quando eu vi essa apresentação, eu falei, cara, tem que carregar para o CADES, tem que mostrar para o CADES. É realmente excepcional e acaba mostrando também que a Secretaria não está restrita aos nossos programas. A gente está sempre investindo em tecnologia, em conhecimento, em transformação de todo aquele material que a gente tinha em papel, o histórico, em ferramentas para mostrar

o crescimento, a diferença em relação ao tempo do que acontece na cidade. E eu falei, vamos pegar 15 minutos, vamos levar para o CADES. CADES é semana que vem. A gente tem que mostrar isso para os nossos conselheiros. A partir de agosto, a gente começa a ter cursos na UMAPAZ. É uma lembrança. A partir de agosto, a gente passa a ter cursos na UMAPAZ, do BioSampa, da plataforma, como utilizar, o que a gente pode extrair de dados, e algo que vocês não comentaram que é muito importante. Ninguém, ninguém no mundo tem uma plataforma igual a essa. Não há cidade no mundo, nem as melhores cidades do mundo, as mais verdes, as mais envolvidas com o meio ambiente, que tenham uma plataforma. O mais próximo do que o nosso pessoal conseguiu ver são cidades que têm este tipo de informação, que consegue mostrar o presente e o passado, mas no prisma, no segmento cidade. Não há nenhuma cidade do mundo que consiga, como a gente, mostrar toda essa variedade de dados por regiões. Então, mais uma vez, a cidade de São Paulo, mostrando aí que a gente está na frente e que as outras cidades, que o resto do mundo, é que tem que seguir a gente em relação ao meio ambiente, em relação a diversas outras áreas. Eu agradeço ao Rodrigo, agradeço ao Otávio pela vinda, por conseguir separar um tempinho. O Otávio é o nosso técnico responsável, mas também toda a nossa equipe, Rosélia, a nossa equipe, a Ana da nossa equipe de TI, o pessoal da PRODAM que conseguiu com muita discussão, muita pressão implementar isso aí. E o que o Otávio lembrou, a plataforma do BioSampa, ela tem a mesma plataforma, a mesma sustentação, a mesma tecnologia do nosso GeoSampa. Na verdade, a PRODAM já utilizou uma futura versão, um motor futuro do BioSampa na nossa plataforma. Então, agradeço aí, Rodrigo, Otávio e todo o nosso pessoal pela apresentação. Era fundamental que a gente mostrasse para os nossos conselheiros, antes de começarmos a mostrar para a cidade, mostrar, começar dar curso, para que vocês possam também ser divulgadores dessa nossa plataforma. É uma grande referência. Roseli ou Letícia da (som ininteligível) para fazer a inscrição no curso. Gente, tem Jaciara, Carlos e Mário. Um minutinho, por favor, para a gente conseguir. A gente nem começou a nossa reunião ainda. Está bom? Um minutinho para cada um.

Jaciara Schaffer Rocha: Muito rápido. Bom dia, Rodrigo. Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Jaciara. Jaciara Schaffer Rocha: Oi, bom dia, Rodrigo. Parabéns por mais esse trabalho. Eu acompanho o Rodrigo desde 2019, quando ele usava o chapéu e agora tirou o chapéu, está passando o chapéu. Rodrigo, eu tenho duas questões. Uma são as hortas urbanas, do qual as comunidades estão fazendo uma revolução em São Paulo, mesmo que sejam invisíveis. E essa pergunta, eu gostaria muito de tentar entender se vocês não teriam como estar adicionando esse mapa das hortas urbanas em São Paulo. As camadas, exatamente, porque está sendo uma mudança muito radical em São Paulo, mas ela ainda está invisível. Eu faço parte de algumas ONGs e algumas associações, do qual eu sou uma educadora ambiental, e elas estão trabalhando separadamente do poder público, do qual isso pode estar associado não só à horta urbana, como outras áreas verdes que estão sendo trabalhadas e adotadas, como rotatórias, jardim de chuva, enfim. Então, talvez essa parte a gente deveria pensar no futuro em colocar algum programa dentro do BioSampa do qual ONGs e associações ou grupos de moradores pudessem inserir a análise fotográfica do antes e o depois do que está acontecendo, porque muito rapidamente, a Horta Urbana era uma área de um lixão de 600 m², qual não tinha nenhuma biodiversidade, e após a introdução dessa comunidade foi-se modificado todo o microclima e toda a parte biodiversidade da área. Então é só, talvez, se a gente possa isso pensar no futuro. Obrigada. Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Carlos Alberto.

Carlos Alberto de Moraes Borges: Bom dia de novo, pessoal. É só uma pergunta rápida. Em primeiro lugar, parabéns pelo trabalho espetacular. O que a gente pode apreender, assim, numa análise simples e rápida, de destaques positivos da cidade de São Paulo e oportunidades de melhoria em relação a um ambiente internacional? O que, em essência, as informações que a gente tem nos sinalizam até agora? Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Mário.

Mario Luis Fernando Albanese: Bom dia, senhor secretário. Parabéns, Rodrigo, pela excelente criatividade aí, trazendo muito benefício para a nossa cidade. Eu só gostaria de colocar nessas nossas parcerias, nós temos a oportunidade de também já aproveitar um georreferenciamento que é feito em cima das abelhas. E as abelhas podem cooperar com o meio ambiente. Então é só uma colocação, uma parceria que nós podemos estar agregando aí no projeto. Obrigado e parabéns pela criatividade. Rodrigo Martins - Diretor SVMA/CPA: Bem, foi bem rápido. Bem rapidamente, a Jaciara fez a sugestão das hortas urbanas. Tem várias questões que não foram incluídas mesmo no Biosampa, por uma questão de metodologia da indicação do manual da ONU. A gente teve problemas até aqui dentro da secretaria, porque a secretaria tem mais de 180 indicadores possíveis pensados no PLANPAVEL, no PMAL, no PMMA, no PMSA e no PLANCLIMA, além do PMEA agora, todos têm sugestões e indicadores. Porém, a gente utiliza no BioSampa a metodologia dessa do Índice de Biodiversidade das Cidades, é o IBC. Tem outras metodologias, mas como foi adotado isso, por sugestão do nosso secretário também, Rodrigo Ravena, para que pudesse comparar com as outras cidades. Mas a inovação que na próxima, esses três novos, um deles é segurança alimentar. E a gente está pensando lá na equipe como visualizar a segurança alimentar na cidade de São Paulo. E aí pode ser que sim, a gente tem um trabalho junto com a SMDRET, é um indicador da Secretaria de Trabalho, então talvez a gente tenha que ver até que ponto

podemos incluir em uma publicação da Secretaria do Verde, ou o que isso tem de interface direta com o trabalho do Verde. A gente vai analisar, é possível que as hortas urbanas entrem, mas também eu não posso aqui afirmar sem antes a nossa equipe ter uma conclusão de como a gente vai fazer essa reunião da segurança alimentar. Então esse é um ponto. O Carlos Alberto perguntou, pelo que eu entendi, no geral, qual é a possibilidade de utilização do BioSampa. Foi isso, Carlos? Eu não lembro se foi isso. Era isso, né?

Carlos Alberto de Moraes Borges: Na verdade, eu queria saber, assim, a gente tem uma quantidade monstruosa de informações. O que está saltando aos olhos positivamente e negativamente na cidade de São Paulo? Fazendo um ambiente com o resto do mundo.

Rodrigo Martins - Diretor SVMA/CPA: Ótimo, muito bem colocado. Uma das coisas que a gente pode ver é o avanço, por exemplo, a retomada da cidade de São Paulo nas ações pós-pandemia, porque a gente tem os indicadores de 2020, 2021 e 2022. Se a gente utilizar aqueles gráficos de comparação, ele mostra que dá para você comparar a evolução desde 2020, quando entrou na pandemia, como que caem alguns indicadores, e depois a retomada rápida. Então, isso mostra a velocidade da cidade nos projetos. Outra coisa que é importante, que a gente conseguiu agora, a gente está detectando, sobretudo agora, secretário, em 2023, que é o orçamento, como que aumentou o orçamento da cidade em relação à biodiversidade, sobretudo em 23. O de 22 a gente ainda vai estar um pouco aquém. Ele foi subindo de 20, 21 e 22, mas agora em 23. Então, imagina o de 24. Aqui, por exemplo, dá para a gente ver a evolução de parcerias como foi mostrado aqui pelo Otávio, por exemplo, a gente vê a diferença, o 20 que é o vermelho e o 22 que é o azul, em 20 teve bastante parceria, caiu na pandemia e voltou, está retomando em 22. Em 23, a gente vai ver algumas já ultrapassaram 22, algumas subprefeituras. Então, isso é uma coisa positiva e, além de tudo, um trabalho que a prefeitura já tinha antes do BioSampa, que é o catálogo de todas as espécies, isso em São Paulo também o BioSampa mostra, que São Paulo é uma vanguarda comparando com outras cidades. É isso, basicamente, o que foi de grande positividade. E é isso, acho que o Mário só comentou. Então, é isso. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Pessoal, a gente tem realmente que começar a nossa reunião, senão a gente não sai daqui hoje e todo mundo vai me puxar a orelha cheio de fome. Vamos lá, Lili.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Rodrigo. Obrigada, Otávio, pela apresentação de hoje. E vamos dar agora início à nossa reunião de hoje da 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A reunião nossa é da 265ª. A gente vai aprovar...

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Vamos começar, porque o Carlos aqui, um do lado do outro, ele quer que comece aqui com ele primeiro, e depois eu aprovo a nossa ata da última reunião. Vamos lá, Carlos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A gente deu início a nossa 265ª.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Desculpe nossos conselheiros e conselheiras, que a gente está aqui do lado, o meu professor está aqui do lado, sabe? Aprovação da ata da 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Agora sim, vamos começar a nossa reunião do CADES municipal. O primeiro ponto do expediente, né? Damos agora a contagem, por favor. Vamos dar como aprovação da 264ª Reunião Plenária do Ordinário do CADES. Passamos agora para o segundo ponto do expediente. Posse do conselheiro titular, Sr. Yuri Domínguez e a conselheira suplente, Sra. Ana Lúcia da Costa Negreiros, representante da Secretaria Municipal de Justiça. Estão presentes?

Ana Lucia da Costa Negreiros: Presente. Bom dia. Um prazer estar integrando aí, tomando posse. E o Yuri está numa agenda externa com o secretário de Estado do município aqui, o Dr. Fernando, numa delegação. Não pôde estar presente. Ele esteve no começo, marcou presença, mas neste momento até teve que se ausentar.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Nosso secretário vai dar a posse para você Ana.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Na falta do Yuri a gente vai dar a posse pra Ana. Ana considere-se empossada. Bem-vinda ao nosso CADES municipal. Você vê que a informalidade e a animação tomam conta da gente. É um grupo de amigos com foco no meio ambiente, com foco nas necessidades ambientais da cidade. A gente tenta fazer aqui uma grande família. Então, bem-vinda a nossa família, do CADES.

Ana Lucia da Costa Negreiros: Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: E, por favor, se você quiser fazer algum comentário, o microfone está aberto para você.

Ana Lucia da Costa Negreiros: É uma honra para mim participar desse, me ouvem, né? E eu espero poder contribuir, estou a disposição aqui pela Secretaria de Justiça, e pessoalmente também a cada um dos conselheiros, meu reconhecimento pelo tema que nos envolve, que é de extrema importância. E eu estou bem à disposição aqui para todos vocês. Muito obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Então, sintase empossada, Ana Lúcia Costa Negreiros, e bem-vinda ao grupo. Quando o Yuri estiver de volta na próxima reunião, a gente segue com a posse dele. Por enquanto, bem-vinda. Lili, vamos para o nosso próximo ponto.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: O Carlos está mais acelerado hoje. Calma. Seja muito bem-vinda, Lúcia, Yuri. E eu quero agradecer aqui a Secretaria de Mobilidade de Trânsito, o Fernando (som ininteligível), ele está aqui conosco. Em breve será nosso novo conselheiro também. Seja muito bem-vindo. Ele está aqui. Depois você mostra a câmera para ele, Neuza, por favor. Visualizar na tela aí. Obrigada e seja muito bem-vindo com a gente aqui. Em breve será nosso conselheiro. Passamos agora para o terceiro ponto do expediente: Apresentação do Jardim Chuva pela conselheira Estela Macedo Alves, da IAB. Estela, nós vamos apresentar por aqui, aí você faz a apresentação, correto? Vamos fazer assim? Apresentação da Estela. Jardim de Chuvas. Hoje nós estamos com o apoio da nossa TI, aí fica mais fácil para a gente fazer nossas apresentações.

Estela Macedo Alves: Liliane, está me ouvindo? Está ouvindo? Gente, vocês estão me ouvindo?

Claudio de Campos: Sim, estamos ouvindo.

Estela Macedo Alves: Oi? Vocês estão me ouvindo? Ah, é porque eu tinha inserido algumas informações na apresentação hoje cedo, falando com o grupo aqui de colaboradores. Será que eu posso apresentar por aqui?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Pode sim, Estela.

Estela Macedo Alves: Então pode tirar essa daí que eu vou compartilhar aqui.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Está bem.

Estela Macedo Alves: São algumas alterações pequenas que eles me alertaram aqui. Todo mundo está vendo?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Estamos sim, Estela.

Estela Macedo Alves: Beleza, então vamos começar. Foi muito bom ter tido essas duas apresentações inesperadas aí antes. A primeira da Tamires, porque a conferência municipal pode ser um caminho muito bom para a gente inserir novos paradigmas no funcionamento das secretarias. Eu tenho essa esperança. E a apresentação desses indicadores, porque uma coisa que a gente precisa muito, que até vou falar aqui no final, é ter informações reunidas. E parece que isso nem vou precisar falar, porque já está aí. Então, na verdade, deu certinho a gente ter essas duas apresentações primeiro. Então, eu comecei com esse tema, eu trouxe esse tema para o CADES porque nós tivemos no começo do ano a apresentação de uma representante da Secretaria de Subprefeituras, e aí ela falou sobre a implantação de alguns pontos de jardim de chuva e tal. E aí, como eu estou estudando esse assunto, eu não sou nem a pessoa que mais conhece sobre isso, longe disso. Aí na SVMA mesmo tem muita gente que sabe muito bem sobre soluções baseadas na natureza. Mas aí eu fui atrás para trazer para o CADES a discussão, que eu acho que o CADES tem que estar muito por dentro disso, porque pode reduzir bem os danos de chuvas e de outros problemas que a gente vem passando com água, a poluição da água, inclusive, o calor extremo na cidade de São Paulo. E aí, assim, eu vou passar rapidamente, porque já está tarde também, são 24 slides, muitos são fotos. Então, não quero aqui dar uma aula sobre soluções baseadas na natureza, mas eu agreguei algumas informações que a gente já tem com foco na cidade de São Paulo para que a gente continue colocando isso em pauta de várias formas. E essas duas aí do começo são dois caminhos muito importantes, levar para a Comissão Municipal, para o Conselho Municipal da cidade, do meio ambiente, e colocar como indicador, ou colocar no mapa de indicadores, o que a gente já tem, para a gente saber onde precisa chegar depois. Então, os jardins de chuva são apenas uma ferramenta dentro desse contexto das SBNs. E aí quem colaborou aqui nessa apresentação foi a Fanny, a Patrícia Sepe e o José Ramos, o Sr. José Ramos. Então nós fizemos aqui, eu trouxe uma primeira ideia, daí eles foram complementando, então a gente vai apresentar como alternativas para a resiliência das cidades e enfrentamento dos desafios ambientais. Para começar, acho que muita gente já sabe o que é a SBN, mas para a gente estar falando da mesma coisa, a SBN, em geral, é um conceito guarda-chuva. Ele engloba muitas formas de manejo do ambiente, baseado no próprio funcionamento dos sistemas, dos ecossistemas, e tem como objetivo otimizar a capacidade de reação dos ambientes construídos, que é a resiliência deles, após situações impactantes. Então, ele visa facilitar as cidades que são tão concretadas, impermeabilizadas. Então, quando você tem SBN, você facilita isso, não que você vai retornar o que era antes, longe disso a intenção, é você usar mesmo a tecnologia para copiar o que a natureza pode fazer de bom. Então pode ser infraestrutura verde, pode ser adaptação baseada em ecossistemas, redução de risco e desastre baseados em ecossistemas, engenharia natural, todos esses nomes aparecem como forma de SBN. E aí tem vários estudos também, eu sintetizei aqui dessa minha colega Amanda Carbone, que ela diz que são ações para proteger e gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais modificados, de forma a abordar os desafios da sociedade, como mudanças climáticas, segurança alimentar, segurança hídrica, de uma forma adaptativa, então tem muito a ver com adaptar o que a gente tem hoje. Não é destruir tudo e voltar para a floresta, mas é adaptar o que tem hoje. Como princípios, em resumo, é a proteção do meio ambiente e o fortalecimento dos ecossistemas que vai aumentar essa resiliência, inclusive, em relação aos desastres ambientais. Não é a solução, ele simplesmente aumenta a resiliência e a capacidade de um sistema de absorver, se adaptar, se recuperar desses efeitos perigosos. A gente pensa sempre no Rio Grande do Sul agora, está muito na cabeça, obviamente que soluções baseadas na natureza pontuais não iam evitar o que aconteceu, porque as tragédias climáticas têm sido muito mais intensas do que qualquer tecnologia que a gente espere. Mas, se a gente começar a pensar nisso, ela pode evitar, por exemplo, mortes, pode evitar que o centro de uma cidade seja

totalmente perdido, todo o comércio arrastado, se tiver um planejamento de onde pode ter mais usos ou não. A estratégia, a adoção de políticas públicas, planos e projetos com base no funcionamento dos ecossistemas. Então, parece um pouco tópico, mas realmente necessita de uma mudança de paradigma, que a gente tem que começar a introduzir. Então, aí eu trouxe um pouco da realidade de onde vem isso. Tem uma regulamentação internacional há décadas, o paisagismo mesmo, há mais de séculos, o paisagismo imita a natureza e promove esses serviços naturais, que é também parte da SBN. Mas da forma como a gente vê hoje, inserindo dentro dos contextos urbanos contemporâneos, de como as cidades são, ele está sendo discutido nas últimas décadas, nos últimos 20 anos. E aí, nesse Congresso Mundial da IUCN, em 2016, foi formatado, formulado por um grupo, e em 2020 foi lançado o Global Standard for Natural Based Solutions. Então, é bem novo a sistematização dessa ideia como uma proposta para as cidades. Esse IUCN é uma união, uma rede de meio ambiente desde 1948. Então, abrange 160 países, 1.400 organizações, mais de 16 mil especialistas que atuam nela desde a década de 40. Então, passou por vários estágios do nosso desenvolvimento em relação com o meio ambiente e agora propôs essa standardização, essa padronização. Esse símbolo aqui da IUCN para essa padronização diz muito, porque ele fala de proteção, infraestrutura, gestão, restauração, bem-estar humano, mudança social aqui no meio. Então, para a gente ver que isso não é uma coisa de ambientalista maluco, mas é uma realidade técnica que já está sendo discutida no mundo inteiro. E aí, essa padronização, ela traz alguns critérios, que é identificar corretamente o problema. É como se fosse um manual. Então, uma solução baseada na natureza não é simplesmente uma ação pontual, como foi a minha crítica à apresentação da Secretaria de Subprefeitura, não no sentido de menosprezar o que foi feito, mas de colocar gente, não é só isso. Então, realmente encontrei aqui que tem que ter essa série, identificar o problema, projetar de acordo com a escala. Você quer fazer isso para solucionar um problema num bairro, numa cidade, numa bacia, num estado e até no país mesmo, que são as grandes áreas de conservação, que a gente já tem muita coisa. Combinar e combinar com estrutura hídrica já existente. Então, não é jogar fora o que a gente tem ou destruir tudo, não usar concreto nunca mais, mas é combinar, é muito pé no chão. Prever os ganhos, se vão ser ganhos significativos tanto para a biodiversidade quanto para a sociedade. Tem que ter viabilidade econômica, isso aqui é fundamental para esse projeto, para esse investimento. Então, tem que estar no orçamento, tem que ter inclusão social e transparência, necessariamente não vai funcionar. Isso aqui é um padrão internacional. Assim, já se sabe que não vai funcionar se não tiver engajamento, inclusive, dos setores econômicos, continuidade e manutenção. Então, não é que você vai fazer um jardim porque a manutenção é barata. Não, ela tem um custo. Ela precisa de uma mão de obra e isso tem que ser inserido no orçamento da cidade, do município. Gerenciamento de projetos de forma adaptativa, com base em evidências. Então, não é você gerenciar o projeto porque a comunidade achou bonito, plantar aquela flor etc. Não. Tem uma técnica adequada que precisa ser gerenciada e guiada por orientações de profissionais, flexibilidade e adaptação da legislação para a implementação de soluções inovadoras. Então, principalmente no contexto urbano, que a gente tem muitas regras de construção e de aproveitamento do lote. Então, isso tem que ser revisto. Não dá para a gente aproveitar o lote o máximo possível e morrer afogado e ser arrastado pela primeira enchente. Então, aproveitar o lote o máximo possível também é deixar a área permeável, por exemplo. Então, essa solução necessariamente precisa de mudança social para que ela ocorra. E aí, falando aqui rapidamente da mudança climática, muita gente fala, tem muitos estudos que falam que a SBN tem uma ação de mitigação e adaptação e tal, só que a gente tem que ter muito pé no chão. Então, esse artigo aqui do Gonçalo Júnior, que eu trouxe aqui na Folha, dessa semana ainda, semana passada, ele fala sobre isso, que são opções que podem manter por um bom tempo as coisas em ordem, mas que elas não são uma solução única e que a gente não tem que se iludir e usar isso como uma utopia para a mudança climática. Não, mas elas têm que ser inseridas no planejamento como forma de minimizar impactos, que é aquilo que eu tinha falado no começo. Então, eu trouxe aqui algumas escalas para a gente saber que SBN não é só o jardimzinho de chuva que fica na calçada, mas ele pode ser desde a escala do lote, da edificação, os telhados verdes, o próprio área permeável que eu falei dentro do lote, um plano de bairro ou um projeto específico, como é aqui esse Plano Urbanístico do Paysandú - Uruguai, esse aqui é de um escritório, eu ponho aqui a referência, para uma área específica, como se fosse uma área empresarial, mas que ela está, apesar do aproveitamento dos prédios, de uma forma economicamente viável, você tem também a solução aqui que se houver um alagamento, a gente vê que o impacto pode ser muito menor do que em situações totalmente ocupadas como a gente tinha lá no centro de Porto Alegre. Então, você tem uma área como se fosse de absorção de impacto. E aqui que eu vi ainda de antes de ontem, eu acompanhei essa apresentação do André Sosnowski, perspectiva de adequação ao sistema de drenagem com uso de soluções baseadas na natureza. Então, isso aqui foi uma das coisas que eu acho que eu inseri agora por último, que eu achei importante, não saberia reproduzir a apresentação dele, mas é muito importante saber que ele fez, que tem muitos programas, a prefeitura mesmo usa alguns, e aí você consegue calcular, isso aqui é uma simulação para o Bairro da Aclimação, quase metade da água chega aos rios, aos corpos d'água, metade do que chegaria do jeito que a gente está hoje, do que chega com as chuvas, chegaria se a gente tivesse soluções baseadas na natureza em toda a bacia, que é a sub-bacia que ele estudou. Então, aqui também, esses pontos amarelos são todas intervenções nessa simulação desse modelo. Então, aí pode ser desde o telhado verde, o lote, a calçada,

parques. Então, não é só parque linear. Por isso que é necessária a mudança de comportamento, porque enquanto a sociedade não se engajar, é inviável você ter uma redução significativa de impacto. Aqui também dá para a gente ver que provavelmente grande parte aqui é sociedade civil ou investidor, não é poder público apenas. Então, indo para a regulamentação que a gente já tem, dia 5 de junho também, eu comecei a fazer essa pesquisa no começo do ano para a gente falar mais sobre isso, e aí foram aparecendo essas novidades. Então, dia 5 de junho foi aprovado, foi assinado esse decreto que institui o Programa Cidades Verdes Resilientes. É um decreto pequeno, tem duas páginas, ele dá diretrizes e menciona aqui, no artigo terceiro, que adotará abordagens integradas no território e contemplará temáticas como soluções baseadas na natureza. Então, aí já é um gancho para a gente começar a ter isso mais inserido nas políticas públicas em nível nacional. Muito bom a gente ter, apesar de não ter regulamentação ainda, mas já é um passo, um marco legal. No estado de São Paulo, eu encontrei esse guia feito pelo IPT em 2020, que ele dá a metodologia para implantação de infraestrutura verde, muito também nessa linha da padronização que tem o outro guia do IUCN. Então, não encontrei mais nenhuma ação ligada ao governo do estado, se alguém mais conhecer, seria importante. E aqui no município de São Paulo, mencionei aqui o PLANCLIMA, que é um marco legal de SBN, se a gente souber utilizar. Encontrei uma lei de 2015 que dispõe sobre instalação de telhados verdes, mas que não está ainda regulamentada desde 2015, nove anos já. Então, ela foi criada e ficou lá, suspensa, e ela existe. A gente só sabe que ela existe. Sugiro aqui que a gente complete, com todo o conhecimento que a Prefeitura tem, que a Secretaria do Verde tem, para a gente ter um dossiê mesmo do lado da arte dessa regulamentação em São Paulo. E aqui a gente trouxe algumas obras com base em SBN, mas pelo que a gente viu até agora, eu acredito que não pode ser considerado como SBN. Elas têm base em SBN, mas elas são dispersas, elas não formam uma malha urbana que possa promover a absorção de água de forma adequada, como foi aquele trabalho do André Sosnowski que eu mencionei lá em cima. Então, a Prefeitura de São Paulo, em 2023, já tinha feito, que foi exatamente, acredito, o que foi apresentado por aquela representante da Secretaria, 97.287 m². E aqui a relação de subprefeituras que têm alguma ação relacionada ao Jardim de Chuva, que a gente vai ver mais para frente como eles são. A maior parte na Sé, como ela tinha dito, mas está dispersa aqui em vários. Em Itaim Paulista, por exemplo, 0, Jabaquara, 0, Jaçanã, então, essa rede não está criada na cidade. Ela ainda está muito focada em ações pontuais. Para a gente entender exatamente o que é um jardim de chuva, eu trouxe esses dois desenhos, que é uma infraestrutura verde para micro drenagem urbana, é isso. Ela é tecnologia, ela não é simplesmente abrir um canteiro e plantar plantas genéricas. Então você tem quais as plantas, por exemplo, a grama não são adequadas para isso, porque ela acaba criando uma compactação no solo que a absorção não ocorre. Então você tem que ter algumas camadas, brita, ladrão, caixa de passagem, solo com composto orgânico. Então tem uma técnica, como eu falei, ele precisa de planejamento, tecnologia e manutenção, porque isso aqui é manutenção constante. Se isso não funcionar, se essa terra compactar, a função de jardim de chuva desaparece. Então, a biovaleta, que é um outro formato, que é mais como um canal, mas é feita basicamente da mesma forma que o jardim. Então, aí eles promovem o escoamento lento da água, absorção pelo solo, controle térmico, entre outros benefícios. Então, eu fico imaginando que numa situação, por exemplo, se em volta do mercado central de Porto Alegre fosse um jardim de chuva em vez de uma avenida, talvez o mercado não tivesse sido tão prejudicado quanto ele foi. Estou dando esse exemplo que eu tinha ido lá há pouco tempo, eu fiquei com isso na cabeça, só para a gente pensar como isso pode amenizar problemas. Então, aqui, o que a gente tem em São Paulo? São esses elementos isolados na paisagem. Então, eles têm uma certa importância, mas não necessariamente eles vão funcionar como uma solução baseada na natureza. Então, aqui, o Sr. José Ramos fotografou nos caminhos dele, na área de atuação dele, depois ele pode falar mais. Então, são elementos drenantes que são conjugados com a arborização. Provavelmente, essa vegetação foi analisada e é adequada para isso. A gente está vendo aqui que não tem nada de grama, então, aqui na extensão do muro da ferrovia. Então, ele serve ali naquele ponto, mesmo sem ser uma rede, ele tem esse papel isolado. A mesma coisa aqui, que pode até servir como fruição, paisagística, tal, melhora o ambiente. Aqui, o Sr. José Ramos escreveu como uma função básica que apresenta essa conjunção paisagística com a drenagem pública e segregação de resíduos. Então, tem um efeito paisagístico, ele segura um pouco da terra, das enchentes, do que vier junto com essa enxurrada, e ainda isola a calçada da entrada de carros, para a gente ver que isso pode se tornar uma SBN se for formatada junto com um plano maior de elementos. Mais uns aqui de calçadas. Está vendo que eles têm aqui a saída de água, então a água entra aqui pela parte mais alta, ela fica aqui, ela é filtrada, segurada e depois ela sai com mais velocidade por esse lado. Aqui a mesma coisa na Avenida dos Bandeirantes. E aí, só para a gente pensar aqui, a Avenida dos Bandeirantes, todo mundo aqui deve saber o tamanho, como a água desce de lá para cá, que é uma coisa absurda. Então, o que eu quero dizer com o sistema, isso aqui tem um pequeno papel nesse local, mas numa chuva intensa, o papel dele pelo montante de água que desce é quase ineficiente, quase nulo, porque a água aqui é muito forte, é uma descida em sentido Marginal Pinheiros. Esse daqui é um outro exemplo que tem aqui em São Paulo também. A gente foi ver isso, daí também outro acaso que aconteceu, uma semana atrás fomos visitar com o projeto da UFABC junto com a Secretaria do Meio Ambiente. Fomos visitar essa obra que está sendo tocada pelos engenheiros da SIURB, mas que tem uma visão de SBN, tem uma visão de ser uma área alagada, então, isso daqui são estruturas de concreto que vão reduzir o fluxo de água que vem lá de Perus e que desce aqui

nesse sentido, chegando lá embaixo nos bairros. Então, aqui é um sistema bem grande de drenagem, que ele vai parando essa água, vai criando áreas espalhadas mesmo, que vão ficar aqui vazias e que elas vão funcionar para absorver a água, realmente absorver a água. Não tem outra função que não essa, mas ela é uma área que traz uma melhoria ambiental que justifica você ter uma área desse tamanho e uma segurança para as comunidades. Então, essa aqui é a obra do Ribeirão Perus e está em andamento ainda. E aqui é mais um exemplo de como você pode juntar infraestrutura cinza, esses esquemas todos calculados aqui para reduzir a velocidade da água. E aí, então, você junta aqui com o espalhamento natural, absorção pelo solo, infraestrutura cinza e engenharia verde. Aqui uns outros exemplos que são de (som ininteligível) para tratamento de esgoto de pequenas comunidades, obviamente que não para São Paulo, mas de repente uma comunidade isolada é um sistema que já tem em muitos países e muitas comunidades pequenas, isoladas, e aí talvez pode ser até adaptado para alguma comunidade urbana que fique, talvez, fora da rota de sistemas de esgoto, ou que seja inacessível, ainda não regularizada. Então, existe essa possibilidade. Aqui, aquele projeto bem famoso, do córrego lá no centro de Seul, de 2003, ele foi construído entre 2003 e 2005, era um córrego canalizado, nos padrões da avenida do estado, e ele foi recuperado ou foi reformulado, então ele não está aqui como ele era naturalmente, a gente não precisa voltar os rios para os meandros naturais, mas a gente pode melhorar a qualidade de absorção da água e reduzir o impacto no entorno, que como vocês veem aqui é bem superadensado, que é a ideia. Esse aqui é numa zona rural, um exemplo de SBN para acumular água da chuva numa área seca, do semiárido, então essa água está aí desde dezembro, está lá até hoje, não evaporou, porque foi calculado como uma bacia de retenção de água que durasse o ano inteiro, até que a chuva voltasse de novo no final do ano, porque lá chove só de dezembro a março. E ela funciona aqui, porque você faz o cálculo da profundidade, da área de evaporação, e aí você consegue chegar a um reservatório de água, (som ininteligível) hortas, plantio, caso não chova o ano inteiro. Aqui um modelinho de telhado verde, para saber que também não basta colocar flores e dizer que é telhado verde, ele tem uma sequência de camadas que fazem a tecnologia funcionar realmente. Drenagem, proteção mecânica e outros tipos de proteção para que não afete a impermeabilização da laje. Isso tudo para mostrar que são investimentos. Então, são investimentos que podem ser altos, mas o resultado dele, o custo-benefício é maior. Então, na hora de construir, na hora de alterar o código de obras, a gente pensar que isso aí é fundamental daqui para frente. Então, se você juntar tudo, e voltando lá na apresentação do André, telhados verdes em uma cidade adensada, eles vão reduzir tanto a velocidade de queda dessa água para o sistema de águas pluviais, que ele pode sim evitar mortes e perdas financeiras. Então, esse cálculo tem que entrar no gasto com uma laje mais reforçada para suportar tudo isso. O que ele vai trazer de benefício. Então, esses exemplos aqui tocando na funcionalidade estética que é necessário, não dá só para deixar, porque daí ele não vai ter aceitação social, ele vai ser rejeitado como o piscinão, que eu tenho uma crítica muito grande ao piscinão, ele tem milhões de vantagens para a retenção de água, mas ele não tem nenhuma aceitação pelas comunidades, porque ele é só um gasto de concreto absurdo que guarda a água suja e que gasta um absurdo também para ser limpo. Então, seria melhor a gente gastar com outras formas mais adequadas e humanizadas. E aí, aqui mais um exemplo junto com a infraestrutura cinza no meio de uma área urbana. Então, alguns exemplos internacionais que a gente pode ver aqui, depois vocês vão poder consultar, tem todas as referências. E aí, eu fiz essa sistematização de tudo que eu falei até agora, que a efetividade das soluções depende de profissionalizar, planejar e destinar o orçamento próprio, é muito importante, orçamento específico para isso. Isso não é algo que pode ser assim, vamos inserir aí na jardinagem, não, tem que ter pessoas treinadas, que daí a gente pode linkar com a geração de emprego, então, não precisa ser um técnico graduado, que vai custar caro, mas a mão de obra mesmo, civil, a mão de obra civil com treinamento específico para cuidar desses jardins, é geração de emprego, mas depende de um orçamento específico, de abertura de vagas para esse tipo de serviço etc. Então, a gente tem que pensar nessa parte prática e legal de inserir isso no planejamento da cidade. Planejamento, projeto técnico, manutenção, avaliação pós-ocupação, para a gente saber o que deu certo, o que não deu, quanto reteve de água, quanto não reteve, se salvou alguma economia e algumas vidas ou não, que parece brincadeira, mas hoje em dia está cada vez mais relevante, e melhorar nos projetos futuros. Participação social nas decisões, sempre, isso aqui é um consenso internacional, não tem como não envolver a sociedade para que ela agregue e aceite. Corpo técnico capacitado, recursos financeiros distribuídos entre obras de engenharia cinza e SBN, projeto em rede ou sistema de intervenções e adequar as regras para o mercado imobiliário, código de obras, normas técnicas. Então, o mercado imobiliário tem que ser incluído necessariamente, ele tem que prever tudo isso nas suas obras, no seu custo, levando em consideração que isso vai ser um benefício coletivo, inclusive, para a economia da cidade. E aqui, último slide, que eu trago algumas sugestões de questionamento, mas, obviamente, cada um vai falar, deve ter algumas perguntas, mas a primeira coisa é reunir os profissionais da prefeitura e pesquisadores interessados, porque eu descobri que tem muita coisa sendo feita de forma isolada, por grupos isolados. Sistemas de jardins de chuva para minimizar o problema em São Paulo, eles vão minimizar o problema? Em que escala? Em que locais da cidade que eles são necessários? Então, tem muita gente que já tem essa resposta, como aquele pesquisador que falei e outras pesquisas, onde que entraria, onde seriam alocados esses jardins de chuva em um sistema. E não aleatoriamente as subprefeituras decidirem colocar aqui ou ali por demanda de um ou outro morador, mas ter um plano mapeado já para colocar isso no

planejamento, na lei de diretrizes orçamentárias. Por onde começar? Quais bairros mais precisam? Será que é a Sé mesmo? Não, a minha resposta é não, não é. Tem muitos lugares que precisam muito mais, e aí só complementando essa questão da localização, tem algumas regras e tal, mas geralmente na declividade de 0 a 10%, nos terrenos de declividade 0 a 10% são indicados, porque aí não tem perigo de numa enxurrada ser arrastado esse jardim, ele vai ser mais eficiente lá nas áreas com menor declividade. E aqui as referências, que depois vocês podem consultar. É isso. Não sei se eu corri demais, mas só para não atrasar. Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Estela pela sua apresentação. A Jaciara, ela tinha colocado aqui para a gente no chat, né, Jaciara, que ela já tinha apresentado isso ano passado. Eu gostaria que ela informasse também, dando contribuição à apresentação da Estela, do José Ramos e da Fanny. Agradecendo a parceria de vocês três, dos três conselheiros, pela excelente apresentação. E vou dar a palavra à Jaciara para ela estar complementando, né, Jaciara, a apresentação do ano de 2023. Por favor, Jaciara.

Jaciara Schaffer Rocha: Bom dia a todos. Parabéns, Estela, Fanny e Ramos. Já trabalho com esses dois há bastante tempo, pelo CADES e em outros projetos. O que, só para complementar, o ano passado nós trouxemos pessoas para falar de exemplos de Minas Gerais, Campinas, e o que eu percebo, eu colaborei com dois jardins de chuva, um em Santo Amaro, que foi a primeira rotatória como jardim de chuva, e eu sou arquiteta urbanista, então a gente pôde trabalhar com mais outros arquitetos e urbanistas e agrônomos da Secretaria do Verde, do qual fizemos a sua implantação e ainda aplicando com arborização urbana. E no Jabaquara, inclusive, que saiu do Estadão, a primeira foto era do Jabaquara. O que acontece? No Jabaquara foi uma participação voluntária de três arquitetas, inclusive, colaborei para o projeto, e com a SMSUB. Porém, esse jardim de chuvas e essas soluções baseadas na natureza, como o Vaga Verde, por exemplo, elas não são colocadas em estatística. Então, a gente está perdendo por isso, porque são projetos isolados e que não entram na estatística da cidade. Porém, olha que incongruência, a gente poderia achar uma solução para isso. Para se fazer um jardim de chuva, por exemplo, precisa dar uma atualização da CET, porque a gente tem que buscar o projeto onde passe toda a canalização de Comgás, uma série de infraestrutura que passe embaixo do asfalto. Então, a gente precisa estar ligada para fazer um jardim de chuva, a gente precisa ter o projeto, à planta da cidade, atualizada com a Comgás, com a CET, se ali pode ser um jardim de chuva aplicado, e depois de estar sendo produzido esse jardim de chuva com voluntários e com pessoas que possam adotar esse jardim de chuva para manutenção, como muito bem a Estela falou, isso não está entrando em estatística. Então, a gente está perdendo essas soluções baseadas na natureza dentro da estatística. No exemplo, quando você mostrou lá, Santo Amaro tem 0 e Jabaquara tem 0, a gente não entrou na estatística, mas não é culpa da Estela, é culpa de algum processo que a gente ainda não soube fazer. Ainda estamos faltando sobre isso. É só essa contribuição, Estela, que a gente possa buscar recursos para que a gente possa inserir essas estatísticas, porque a gente não pode abrir um asfalto sem autorização da Prefeitura. Então, a Prefeitura sabe onde tem, mas a gente não está entrando na estatística. Então, acho que é isso que a gente tem que olhar para isso. E o CADES está bem sensível, achei essa apresentação super atual, como saiu o novo decreto em junho. E parabéns a toda a equipe. Parabéns, mesmo.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Eu queria falar um pouquinho também, eu acho fantástico a gente sempre falar, parabéns Estela, fantástico a gente sempre falar dos jardins de chuva, que foi uma iniciativa que não começou há tanto tempo. Eu vi aquela tabelinha que a Estela mostrou da quantidade de jardins de chuva por distrito, mas é importante lembrar que é uma iniciativa que não começou há muito tempo. A gente vê na tabela que a Sé está com 80 jardins de chuva. Por quê? Porque a Sé foi nosso projeto piloto. E primeiro a gente instalou jardins de chuva na Sé, para depois espalhar pelo resto da cidade. Então, é um processo recente e que, certamente, os outros distritos, é até positivo a gente ver que eles estão sendo implantados pelos outros distritos. Começou há pouco tempo, começou na Sé, a SMSUB, através da nossa querida secretária adjunta, Carol da Femina, tocou esse projeto e ele está isso aí é a coisa mais bacana, ele está se espalhando pela cidade. Então, cada vez mais a gente vai ter esses jardins de chuva espalhados pela cidade. Como a Jaciara falou, não é só a iniciativa de instalação de jardins de chuva, eles têm todo um preparo que precisa ser feito, ou seja, não é tirar asfalto e botar aquela terra e fazer alguma plantação em cima. Tem todo um preparo subterrâneo para que efetivamente ele sirva como escoadouro de águas, como forma de receber, tratar e levar para o subsolo as águas de chuva. Então, é um projeto superbacana, é um SBN, eles estão sendo cada vez mais implantados e a gente tem que dar apoio às subprefeituras e até incentivá-las, e isso aí faz parte das conversas dos CADES regionais e até de cada conselheiro do CADES municipal com os subprefeitos de suas regiões, para que cada vez mais a gente tenha a implantação de jardim de chuva. É um projeto muitas vezes difícil, porque existe sempre a competição entre vários estacionamentos e o Jardim de Chuva, mas de pouco a pouco a gente vai ocupando esses espaços. Então, mais uma vez, parabéns Estela, parabéns a todos que incentivam aí e nos ajudam a divulgar essa importante iniciativa do Verde, das subprefeituras, da SMSUB na instalação de novos jardins. Valeu.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Agora é a Fanny e logo em seguida o Ramos e a gente encerram as inscrições dessa primeira apresentação. Porque a gente tem mais duas ainda.

Estela Macedo Alves: Eu estava sim na sua apresentação, eu lembro, só que a minha crítica era exatamente essa. Por que são pontos isolados e não um planejamento que eu acho que não tem nada a ver com você, com o seu trabalho? Tem que estar no plano da cidade, no plano diretor, na legislação, no Código de Obras, como falei, porque a absorção pelos telhados também é muito importante. Então, é uma coisa muito mais ampla do que só a CET autorizar ou saber onde estão as redes de gás. É uma coisa bem mais profunda. Obrigada.

Jaciara Schaffer Rocha: Só 30 segundos. Inclusive, Estela, porque a gente poderia trabalhar sobre a questão do IPTU verde, que eu já venho falando isso há muito tempo, sobre o desconto para que a gente possa retornar isso dentro das próprias residências, para a gente coletar água nas nossas residências. Mas a gente fala no futuro. Obrigada.

Fanny Elisabete Moore: Bom dia para todos. Eu estou sem câmera porque não consigo acionar, algum problema. Mas estou vendo vocês. É muito rápida a minha intervenção. Só lembrar, Liliane, que Patrícia também trabalhou nesse grupo que colaborou com a Estela, em relação a essa apresentação. A apresentação foi excelente, com as intervenções da Estela e a complementação da Jaciara. E eu queria dizer que eu ontem escrevi para a assessoria técnica de obras da Secretaria de Subprefeituras, pedindo a atualização dessa tabela que nós apresentamos aí, para ter os dados mais recentes. De qualquer forma, o que suscitou essa nossa apresentação a pedido da Estela, foi ainda o número incipiente de soluções baseadas na natureza na nossa cidade. Pode ser mais. Então, vamos juntar esse conhecimento. As técnicas dessa apresentação que foi feita sobre esse experimento na bacia da aclimação foram muito interessantes, muito importante. Vamos somar esses conhecimentos, ver se a gente consegue tornar mais efetivo e, na verdade, volumoso, porque a apresentação da subprefeitura falava em 300 na cidade e foi feita esse ano a apresentação. Então, era só isso. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Fanny. E fica já uma lição de casa aí, Estela, a Jaciara, a Fanny, o Sr. José Ramos, o estudo e projeto do IPTU Verde aí para a gente já apresentar no CADES Municipal no final do ano e, quem sabe, isso aí vai para frente na Câmara Municipal de São Paulo, né? Então, vamos estudar esse projeto. Vamos estudar certinho, estudar a legislação e a todos os conselheiros aqui também presentes que queiram entrar nesse projeto, nesse estudo, fiquem à vontade e nós vamos para frente sim com esse IPTU Verde. Vamos ver o que nós conseguimos fazer por isso. José Ramos, por favor.

José Ramos de Carvalho: Bom dia, foi um trabalho interessante. Nós já tínhamos conhecimento da apresentação da Jaciara e tivemos uma apresentação também em 2022, sobre a área de inundação, que seriam os parques de inundações, uma solução também natural. Eu me recordo, e a gente ficou muito feliz na época, em 2022, o próprio prefeito Ricardo Nunes mencionou que nós já tínhamos 182 jardins de chuva na cidade, com foco na Praça da Sé. Eu observo muito na Mooca, que é uma região também complicada, e nas regionais, como o próprio secretário Carlos informou, as regionais que, inclusive, constam no GeoSampa como áreas de inundação e enchente, são as áreas que a gente tem quase que praticamente 0 de jardim de chuva, nem estudo, nem os próprios regionais têm conhecimento técnico sobre isso. Então, por exemplo, aqui na região da Vila Maria, a gente foi muito, as atas inclusive, 2021, 2022, quando o próprio prefeito cita a instalação de 182, equivale praticamente a um piscinão, quer dizer, você tá mexendo como a Estela argumentou nas nossas falas, de subgrupo, das questões de temperatura da área, e agora nesse momento que nós vivemos de baixa umidade relativa do ar, que realmente é complicado, e esse jardim de chuva também teria essa função de amenizar um pouco a temperatura. Nossa grande preocupação, até ter alguma discussão com relação à questão do Rio Grande do Sul, é porque aqui no Vale do Cabuçu, foram construídos dois grandes empreendimentos em áreas de várzea, que eram áreas específicas. Se a gente pegar o estudo do então brigadeiro Eduardo Chaves, que é o Parque do Chaves aqui na época, nos anos 20 e 30, ele delimitou as áreas que seriam de residências e as áreas que seriam de várzeas. Nesses últimos dois anos, infelizmente, tivemos uma construção de um grande polo de habitação numa área de várzea aqui na Avenida Paulo Freire, que hoje nós não sabemos o que vai acontecer com esse copo agora cheio de concreto, por questão de habitação, e do futuro pátio Vila Medeiros, que quando foi de estudo na própria Secretaria do Verde, seria um polo logístico chamado Dutra, e que subiu nove metros de altura. Então, nós tivemos as chuvas agora de janeiro, mas todas as chuvas, porém de origem da costa do Brasil, da costa aqui do litoral de São Paulo. Não foram chuvas que às vezes vêm da região da Serra da Mantiqueira após sempre passar por Teresópolis. É um indicador que a gente já tem aqui pela Agenda 2030 desde 2015. A última que nós sabemos foi de 2017, em que houve grandes inundações na nossa região, e agora a gente não sabe, nós estamos num voo cego agora, de como vai ser sem esses dois espaços de recepção de águas. Então nós temos 500 mil pessoas com dezenas de bairros, em torno de 12 a 20 bairros, com 23 quilômetros quadrados de possibilidade de enchente, e que a gente está nesse voo cego agora. Sem dúvida nenhuma, agora com essa nova gestão do CADES regional, a gente vai ter que pedir se houve, de fato, nessas construções, espaço suficiente para fazer a função que a natureza fazia anteriormente, de receber as águas e fazer a transição especialmente na curva aqui sobre a Rodovia Dutra, e da construtora que realizou também um conjunto habitacional na Paulo Freire. Isso é uma situação que a própria Secretaria do Verde tinha que acionar o seu departamento de fiscalização para entender todo esse processo é de grande importância Estela e todos nós aqui

para entender como vai ser esse nosso futuro aqui, né? Porque a gente pode estar também visualizando toda a área do Vale do Rio Cabuçu, uma futura Porto Alegre, porque o Cabuçu, segundo o Lacava, tem total conhecimento, nós estamos perto, junto da Serra da Cantareira e todo esse volume de água desce praticamente a 1.200 metros de altura e pode ter o potencial de varredor todo o vale. Então essas são as nossas preocupações e sim, tecnicamente, a gente tem que entender todo esse processo das obras e como podemos nos defender nesse futuro com relação a essas questões que a natureza nos auxiliava e que hoje a gente está nesse voo cego. Então, essa seria a minha colocação. Parabéns, Estela. Parabéns, Jaciara, sempre, dentro daquela visão lá de Belo Horizonte e de Campinas, que é extremamente interessante. Ao prefeito Ricardo Nunes também, que ele colocou a essa visão dos 182 Jardins de Chuva naquele período, eu acho que tenho certeza de que está mais agora. E, sim, as regionais precisam tomar atenção com relação a esse trabalho extremamente interessante.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, José Ramos pela sua contribuição. Obrigada pela sua contribuição. E, sim, nosso prefeito Ricardo Nunes está contribuindo muito pela área verde aqui na nossa cidade de São Paulo. Ele está junto com o nosso secretário Rodrigo Ravena, fazendo vários estudos para isso, e é de extrema importância para isso. Eu vou dar a palavra à nossa coordenadora de CPA, a Sra. Rosélia. Eu creio que ela vai falar sobre o nosso IPTU Verde. Rosélia, por favor.

Rosélia Mikie Ikeda: Oi. Bom dia ou boa tarde, não sei.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Bom dia e boa tarde dona Rosélia.

Rosélia Mikie Ikeda: Então, é só para me parabenizar a Estela pela apresentação. Acho que esse é um assunto que a gente realmente precisa insistir. Então, tenho duas questões a colocar sobre esse assunto. Não do IPTU Verde, não. É sobre esse assunto do jardim de chuva. Quer dizer, a partir do estudo que o nosso setor (som ininteligível) fez em relação à Vila Mariana, a Sé e a Mooca, por uma demanda de orçamento cidadão, nós fizemos um levantamento dos jardins de chuva implantados nesses locais. E na Vila Mariana foi interessante porque a gente envolveu os estudantes do curso de extensão de arquitetura e do pessoal de engenharia hidráulica para fazer esses estudos, para ajudar nesse levantamento. E foi feito, então, um cálculo lá, foi feito a partir desse estudante, uma pessoa que agora já está formada, mas na época era uma estudante, essa parte de hidrologia, e ela fez o cálculo de quantos jardins de chuva seriam necessários e o que significaria isso em termos de efeito na diminuição da lâmina de enchente? E esse cálculo que ela fez, ela conseguiu fazer porque tem os cadernos, porque nessa bacia da Vila Mariana, A FCTH, que lança junto com a SIURB os cadernos de drenagem, tinha lá os elementos dados sobre a bacia que ela utilizou para fazer esses cálculos. E nós estamos tentando, eu acho que agora a gente vai conseguir, porque é um assunto que a gente vem há décadas, vamos dizer, trabalhando junto com a SIURB, para que essa visão simplesmente da infraestrutura cinza vá mudando. Então, parece que o próximo caderno de drenagem já vai entrar com esses aspectos da infraestrutura de menor porte, a infraestrutura verde, como elemento de cálculo, porque os cadernos de drenagem fazem por bacia geográfica, e eles têm todos os volumes que aquela bacia acomoda, aquilo que a bacia não acomoda. Então, todo o cálculo que é feito lá, atualmente, ela não considera nem parque, por exemplo, um lugar de retenção de chuva. Então, nós temos trabalhado nesse sentido há muito tempo e acho que agora parece que eles vão começar a considerar. A partir desses estudos da Vila Mariana, eles começaram a ver que não é tão desprezível como eles sempre colocaram para a gente, que era muito insignificante, vamos dizer assim, em termos de drenagem. Mas eu acho que a questão não é nem a questão da significância, porque não é só esse valor que ele agrega à drenagem. A infraestrutura verde traz outro, como você já colocou, é todo um ambiente mais agradável para você viver. Então, tem questão de temperatura, então não é só drenagem. Mas, em termos de drenagem, a gente tem avançado e eu acho que o Perus, que você também colocou aí na apresentação, ele também é um avanço, que é uma batalha aqui da nossa secretaria, especialmente o pessoal do licenciamento e o pessoal do planejamento, que a gente vem também, esse projeto vem lá de trás, há quase 20 anos, que a gente vem colocando, porque ele é um parque linear, Perus é o parque linear que está lá no plano diretor, e a compra daquela área foi feita pela Secretaria do Verde. Só que ali tem que fazer realmente um projeto de retenção da água. E aí toda a nossa briga, nossa discussão com a SIURB vem sendo construída toda essa década exatamente para que haja uma convivência da retenção da água com o parque. Então, você não fazer um piscinão que fica o tempo todo ocioso, ele só funciona quando chove muito, e o resto do tempo ele fica vazio na cidade e um obstáculo, até um problema na cidade. Então, a ideia da convivência, de que essa área seja devolvida para o público a hora que ela não esteja sendo usada pela água. Essa aqui é a ideia do parque linear, ela tem essa função de frenagem e ela também tem essa função de ser área de lazer, à medida que ela não está sendo usada pela água, claro que ele não é ainda um projeto dos nossos sonhos. Ele tem muita coisa cinza, mas, de fato, é desse jeito que a gente vem caminhando, tentando mudar aos poucos, porque é difícil a mudança. Pode ser que agora, com a experiência do Sul, do Rio Grande do Sul, talvez a coisa se acelere um pouco mais. Então, acho que toda essa conversa é bem oportuna mesmo, e acho que eu agradeço à Estela pela apresentação. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Dona Rosélia, pela sua explanação, excelente explicação e contribuição aqui conosco. Estela.

Estela Macedo Alves: Eu que agradeço a vocês todos aí pelas

informações, a Patrícia, a Fanny, a Dona Rosélia também. E a gente não vai deixar esquecer esse assunto, não. A gente é chato mesmo.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Verdade. Lembrando que as apresentações de hoje da Estela, do Mário Albanese e da Janaína, elas vão encaminhar para nós, e a Neusa vai encaminhar para vocês via e-mail do CADES Municipal, após elas encaminharem essas apresentações. Então, ninguém vai ficar sem apresentação. Nós vamos ficar com as apresentações. Passando agora para o quarto ponto do expediente: Apresentação do projeto da Educação Ambiental FFA Brasil, o projeto Ver o Mundo Verde, pelo conselheiro Mário Albanese, e, Léio Campos, por favor, nós vamos fazer a apresentação por aqui, Mário.

Mario Luís Fernando Albanese: Perfeito. Primeiramente, obrigado, secretário, diretores, pela oportunidade, senhores conselheiros, como representante aqui da Sociedade Civil da cidade de São Paulo, eu trago essa demanda aqui nessa questão de educação ambiental infantil, relativo a essas questões de como foi tratado aqui do engajamento das famílias, partindo da educação infantil. Então, nós temos hoje 32 subprefeituras no município de São Paulo, onde nós podemos promover essa articulação política relacionada a essa secretaria, a Secretaria do Verde. Promovendo esse tema, nós vamos colocar aqui diante desse egrégio conselho. Como representante do SIMPI, Departamento de Meio Ambiente, o Ver o Mundo Verde nasce com o propósito de conscientizar a criança desde pequena a se transformar. A partir dessa apresentação que a Neusa vai colocar aqui para que vocês possam acompanhar, é muito interessante porque cada desenho de uma criança, de um estudante, do ensino fundamental do primeiro ao quarto ano, na rede municipal e na rede privada, pode se transformar em uma muda de árvore, como foi dito aqui pela Estela, muito inteligentemente, no qual a gente tem que utilizar esses espaços que a gente tem, como jardins de chuva, para que também essas crianças possam estar se engajando nesse projeto desde pequenos para que eles possam já se sentir pertencentes ao meio ambiente e já comecem a praticar isso dentro, levando esse entendimento e essa educação para dentro de casa, através das famílias. Então, a hora agora, como foi bem-dito aqui, quando chegam esses desastres ambientais, as pessoas se voltam para essa necessidade de nós estarmos olhando mais para o planeta. E uma forma que eu vejo aqui de nós podermos contribuir com isso é ensinando a criança, porque a criança absorve tudo. Então, se você não engajar a sociedade em todos esses projetos que nós estamos falando aqui já há tanto tempo aqui no Conselho Municipal da cidade de São Paulo, nós precisamos engajar a sociedade civil para que isso possa ser, sim, uma realidade. Então, o desenho de uma criança, que ele faz uma arvoretinha lá, nós podemos trazer isso para uma muda realmente. E aí a criança vai poder ver o que ela está fazendo. Eu vejo por que eu sempre gostei de mexer com a terra, de plantar, enfim. E lá na minha casa eu peguei lá um pedacinho de terra e plantei lá um pinheirinho na época. E até hoje, quando eu passo lá, esse pinheiro tem mais de 160 anos, só para você ver a minha idade, né, Carlos? Então, entenda você que nós já temos aqui bastante experiência nessa questão do meio ambiente. E nós precisamos passar isso para as crianças. E nós precisamos fazer com que esse artigo 225 da Constituição Federal, de tantos anos, de 1988, ele possa se cumprir na realidade, e é onde todos têm a obrigação de repor os recursos naturais que nós estamos utilizando. Então isso pode ser uma prática ou uma teoria, agora, se nós conseguirmos fazer com que as subprefeituras da cidade de São Paulo, ali no entorno, onde tem lá as escolas, onde foi dito aqui, muito inteligentemente, essa colocação dos jardins de chuva, é uma forma de nós trazeremos um ambiente mais saudável para dentro da escola e para dentro das famílias dessas crianças. Então, nós precisamos agora buscar essas parcerias que vão trazer esse propósito de alcançar essas crianças dentro das escolas, de 4 a 10 anos de idade, a criança vai absorvendo todas as informações. E quando ela vê um desenho dela sendo colocado com uma planta real, onde ela pode, todos os dias que ela for estudar, ela vê essa plantinha lá, isso vai ficar impregnado no seu caráter. Então, a gente tem essa necessidade hoje, eu não sei se a Neusa está conseguindo colocar, ou eu que não estou vendo.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Mário, já está na tela. Está marcado assim, o projeto Ver o Mundo Verde. Está na primeira tela.

Mario Luís Fernando Albanese: Pode já ir passando que eu já estou na sexta.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Você vai nos avisando.

Mario Luís Fernando Albanese: Isso. Eu vou te avisando.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: É o Bruno que está fazendo a apresentação.

Mario Luís Fernando Albanese: Obrigado pela sua gentileza também. Então esse propósito aí que nós temos aqui na nossa vida praticamente, juntamente com a nossa empresa, é para que essas emissões de carbono realmente sejam mitigadas, e elas sejam realmente mitigadas de uma forma prática, onde a criança vai poder ver que aquela sementinha lá na página 7, ela vai, sim, frutificar. E aí essa criança vai ter o seu desenho lá validado por essa muda que foi plantada. Então, esse projeto Mundo Verde, aí na página 9, se você conseguir colocar, nós tivemos lá uma implementação, lá em Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde foi muito bem aceito. Então nós estamos trazendo, como o Carlos disse aqui no início, São Paulo é uma cidade, eu que trabalho com o sindicato da Micro e Pequena Indústria, São Paulo é uma cidade que tem 27 mil indústrias, onde tem um faturamento de mais de 590 bilhões de reais. E esse dinheiro, esse recurso, ele pode voltar,

sim, uma parte para essa educação infantil, onde a Secretaria do Verde, o prefeito Ricardo Nunes, empenhado nisso daí, juntamente com os subprefeitos, nós podemos realizar isso com recursos financeiros, porque tudo vai demandar dessa árvore aí que vai ser plantada e depois ela vai ter que ser cuidada, então a criança começa a ter essa responsabilidade de não só plantar, mas também de cuidar. Então, nesse projeto, você começa a criar essa geração aí na página 10, viu, Bruno. Para que você traga essa consciência do que fazer, de como fazer para salvar e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Então, quando nós conseguirmos trazer para dentro da escola, logicamente que muitos já estão realizando isso, o projeto é apenas uma forma de você materializar essa prática do meio ambiente, de você tocar na terra. A criança vai lá, vai plantar, é um dia em que vai ser guardado para ela para o resto da vida. E os pais, que vão estar envolvidos com isso, eles também vão ter essa consciência, porque muitos pais ainda não têm essa consciência e precisam de ensino para que esse ver o mundo verde seja uma realidade dentro da casa onde essas pessoas estão morando. Nós precisamos ser parte dessa mudança, nós precisamos ser a mudança que o mundo precisa. É o que nós escrevemos aí na página 11. Então, para que esses desenhos sejam transformados em árvores, nós precisamos criar essa relação da criança com o meio ambiente, essa cumplicidade, essa responsabilidade para que esses pequenos de 7 a 10 anos de idade já consigam compreender muito bem qual é o seu papel de proteger o meio ambiente. Então parece assim que uma coisa que é ineficaz, mas isso você está garantindo que quando essa criança tiver 15, quando ela tiver 20 anos de idade, ela já vai ter essa experiência viva do que é você manter o ambiente onde você vive. Então, esse projeto Ver o Mundo Verde, na página 12, as escolas e os alunos ganham. O que as escolas e os alunos ganham plantando essas mudas, aqui é uma pergunta. Ganham o quê? Uma consciência leve, sabendo que vão tirar toneladas de carbono da atmosfera. E desse oxigênio, que o planeta tanto precisa, vai se tornar um ambiente mais saudável no futuro. Então, nós podemos realizar isso junto com o público e com o privado também. Por quê? Porque nós podemos trazer esse recurso, onde está deixando de ser utilizado tanto pela Prefeitura como pela iniciativa privada, que são as renúncias fiscais, onde nós temos a oportunidade de pegar 2% de todos os depósitos bancários à vista dentro do município de São Paulo, para poder retornar isso para a educação, para a saúde, para o meio ambiente, para a tecnologia de informação, para BioSampa, para GeoSampa, para tudo que é necessário para que o planeta continue fornecendo os serviços que nós tanto precisamos, que é o ar que nós respiramos, que é a vida que nós temos. Então, a Secretaria do Verde, o prefeito Ricardo Nunes, tem hoje, como o próprio secretário adjunto disse, o secretário Ravena, nós temos aqui o comprometimento de trazer essa realidade que é o trabalho da Secretaria do Verde. Então, nós temos que apoiar projetos com recursos que estão aí disponíveis para quem quiser usar, que é essa parceria onde você traz o público e o privado para que você seja, sim, o elo entre esses dois órgãos, onde nós podemos sim trazer esse recurso para que seja utilizado não só nesse projeto, como no projeto que foi apresentado agora, o Jardim de Chuva. Então aí nós podemos sim trazer todos esses projetos como uma realidade para dentro da cidade de São Paulo. Então nós podemos manter uma floresta em pé, lá na página 15, já estou caminhando aqui para finalizar, que essa mentalidade está sendo engajada com essas crianças. Então, nós não podemos deixar essa novíssima geração sem essas atividades sustentáveis que são cada vez mais exigidas no meio ambiente corporativo, no meio ambiente escolar, essas crianças têm que começar a entender esses conceitos. Essas palavras complicadas, como sustentabilidade, descarbonização, elas devem estar já nas suas cadeirinhas lá da escola, nas suas cabecinhas também, como eu disse aqui. Então, a sociedade precisa dessa consciência ecológica. E eu não vejo uma forma tão eficaz quando você ensina isso na criança que está lá desde pequenininha já aprendendo essa condição de já estar trabalhando para ser um conselheiro do meio ambiente lá, quando for lá na frente. Por quê? Porque esse projeto passa a ensinar a criança a cuidar da terra onde ela mesmo vive, onde ela mesmo usufrui. Então, nós precisamos entender que a nossa casa é o planeta, o planeta é onde nós moramos. Então, nós temos que conscientizar, como foi bem-dito por todos que colocaram, que esse engajamento da sociedade é uma necessidade. (Som ininteligível). Nós precisamos ver no mundo, para concluir aqui, eu digo aqui na página 18, que nós vamos criar parcerias para cuidar do mundo, frear o desmatamento e o aquecimento global. Então, esses parceiros que eu estou falando aqui, que no caso aqui é a Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, através do prefeito Ricardo Nunes, secretário Ravena, secretário Adjunto, toda a diretoria da Secretaria que tanto faz aqui para o meio ambiente, nós podemos agora sim trazer esse recurso para dentro das escolas. Então, essa cartilha desse projeto vai ensinar as crianças a viverem nessa mesma terra, dividindo essa mesma casa, que é o planeta. Tá bom, meus queridos? Na verdade, eu estou acelerando aqui para que vocês possam apenas validar essa proposta, porque eu preciso da validação dos conselheiros, porque daí eu chego junto com o secretário, chego junto com o prefeito e nós organizamos esse projeto Ver o Mundo Verde de uma forma eficaz, porque o dinheiro está aí. O dinheiro, como eu já disse, está à disposição do prefeito para ele fazer o que ele acha que tem que fazer. Então, pode colocar, Carlos. Eu não entendi sua colocação.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sr. Mário Albanese.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Você concluiu, Mário?

Mario Luís Fernando Albanese: Concluí.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Ah, legal. Obrigado. Olha, fantástico, muitíssimo obrigado. Eu acho fantástico como tudo se encaixa. São todas as apresentações que

vão se encaixando e formando um conceito, uma necessidade, um valor maior. A gente viu o BioSampa, a gente viu o Jardim de Chuva, a gente viu aqui a apresentação do projeto Ver o Mundo Verde. Como é que as coisas se encaixam. O meio ambiente é um assunto completamente transversal. Como o secretário fala e eu acabo fazendo eco. Todas as secretarias, de alguma forma, elas interagem e elas têm os seus projetos ambientais. A Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde. Então, nós da Secretaria do Verde não somos ciumentos, isso aí rindo um pouquinho. A gente fica muito feliz de todas as secretarias se envolverem no assunto meio ambiente. Aí eu falo um pouquinho do BioSampa como uma ferramenta não só de exibição de características do passado, mas sim como um instrumento de planejamento futuro. A gente passa a ter essas ferramentas que são geradas a partir de relatórios, a partir de pesquisas, a partir de levantamentos. E elas conseguem, para o gestor público, dar subsídios para o planejamento futuro. Olha que bacana, aí você pega, junta isso com o GeoSampa, o GeoSampa se conecta ao Geoambiental, que se conecta ao BioSampa. E a partir daí a gente tem mais e mais subsídios para o planejamento das políticas públicas que se refletem em orçamento público, que se refletem em valores, que devem ser investidos em programas ambientais. Aí eu brinquei um pouquinho quando o Mário falou, não, tem que investir, tem que botar, tem dinheiro sobrando. Olha, não, não tem dinheiro sobrando não, não tem dinheiro sobrando não. A gente aperta esse nosso orçamento desse ano que chegou próximo aí, ou chegou no 1% do valor público da cidade, ele foi conseguido a duras penas. E, mais óbvio, a gente está sempre precisando de mais para implantar os diversos projetos ambientais. A gente tem o PDU, que é o projeto lá de compra de 11% da cidade, maior que a cidade de Paris, para transformação em parques, em áreas de proteção ambiental. Ou seja, as últimas gestões, principalmente a gestão do nosso falecido prefeito Bruno Covas, a gestão do nosso prefeito Ricardo Nunes, ela tem investido absurdamente até pela proximidade deles com as questões ambientais, tem investido muito. E o nosso prefeito delega e ele incentiva os secretários, principalmente nas regiões a essa comunicação, a essa questão transversal do meio ambiente. Você vê, o Jardim de Chuva foi o piloto, foi desenvolvido pela SMSUB, com o nosso apoio. Ou seja, se as subprefeituras não se envolverem, se as secretarias, as grandes secretarias não se envolverem, as coisas não acontecem, se os nossos conselheiros do CADES municipal não se envolverem, as coisas não acontecem. Se os conselheiros dos CADES regionais não tiverem uma boa interrupção com os subprefeitos, que são os presidentes dos CADES regionais, as coisas também não acontecem. Então, o azeiteamento, a boa conversa entre todos os envolvidos é fundamental. E eu sempre falo, falo para a Lili, falo para a Rute, falo para os nossos coordenadores, os nossos diretores, falo com os nossos conselheiros dos CADES regionais. Não adianta chegar com o pé na porta. A interlocução, a conversa equilibrada, a conversa franca e a conversa bacana. O falar é muito importante e só assim a gente consegue, de pouco a pouco, ir criando. O meio ambiente é uma área muito importante, mas a gente não pode esquecer, tem outras áreas tão importantes quanto na cidade, saúde, educação, pavimentação, todo o trânsito, tem tudo isso. E a gente não pode esquecer que a gente faz parte de um grande elo para o desenvolvimento da nossa cidade-país, chamada São Paulo. Então, Mário, muitíssimo obrigado pela apresentação, é bacana ver que todas as apresentações se encaixam. E elas seguem adiante. Eu acho que a gente tem.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Só o Sr. José Ramos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Tem o Ramos para falar.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Só fazer uma pergunta. O Mário essa FFA que estava na tela, ela é ONG ou uma instituição?

Mário Luís Fernando Albanese: Essa é uma empresa.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Ah, uma empresa. É privada ou...

Mário Luís Fernando Albanese: É privada. E o instituto é o Instituto (som ininteligível) Social, que é quem faz a interligação entre o privado e o público para a gente trazer recursos para colaborar com a prefeitura, como o próprio secretário adjunto colocou, é uma necessidade.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Legal, parabéns.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A gente tem que dar as mãos. A iniciativa pública, a iniciativa privada, as ONGs, para cada vez melhorar. Isso pelo menos é a minha visão pessoal. A gente não pode tentar botar uma coisa acima de outra. É claro que tem determinados aspectos, tem determinados assuntos que são prioritários em determinado momento do tempo. A gente sabe que o meio ambiente é prioritário e isso aí cada vez mais a gente se depara, a gente se afronta com a gente se posiciona, a gente vê que meio ambiente é um assunto tremendo nas últimas décadas e agora. A gente viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul, a gente sofre com isso. O mais bacana é ver a sociedade brasileira toda mobilizada para colaborar com os nossos irmãos gaúchos e ter isso aí como exemplo, a mudança climática, o clima extremo, e mostrando para a gente que a gente não pode relaxar. Tem que cuidar do meio ambiente, tem que se preparar para o que vem aí, porque isso aí são amostras que a gente tem que preparar. São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste, Norte, estamos sujeitos às forças da natureza e a gente tem que contribuir e se preparar para o que vem aí. Infelizmente, não somos só nós. Existem outros países, existe o resto do mundo que poucos compartilham e realmente fazem pelo meio ambiente. E o que a gente acaba vendo. Não adianta reclamar, tem que fazer. Então, a gente ouve

um monte de gente reclamando, apontando o dedo, dizendo que a gente tem que proteger, que a gente tem que fazer, que tem que acontecer. Mas, ao mesmo tempo, é só discurso, porque eles não conseguem fazer um décimo do que a gente faz. Então, mais uma vez, obrigado a todos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sr. José Ramos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Sr. José Ramos. Agora é sua vez.

José Ramos de Carvalho: Olá, estão me ouvindo bem, aí?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Estamos sim.

José Ramos de Carvalho: Bom, Mário, todo o questionamento que você colocou é importante, mas até para colaborar, no momento da prefeitura onde nós tínhamos como secretário o Natalini, nós fomos convidados pelo então secretário para realizar um projeto em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Então, eu estou aqui meio advogando junto com a Secretaria de Educação do município, que na época era o professor Clodoaldo, e a nossa querida Cláudia, que eram os representantes da Secretaria de Educação. Na época, sim, fizemos um grande contrato com a Fundação Banco do Brasil e instalamos 150 hortas no município de São Paulo, espalhadas pelas quatro regiões. Essas hortas iniciaram em 2017 com esse recurso da Fundação Banco do Brasil, de Brasília, e finalizou em abril de 2019. E para vocês terem uma ideia, até hoje a APGAM mantém os grupos das divisões de educação do município, atendemos voluntariamente a cada escola quando entra em contato com nossos técnicos, que a maioria são gestores ambientais, tanto da IAGI como também de outras escolas particulares. E, sim, damos assistência voluntária até hoje pela Associação Paulista de Gestão Ambiental a essas escolas. E, recentemente, encontrando a professora Cláudia aí na Secretaria, numa das reuniões presenciais, ela estimulou muito e falou, Ramos, nós precisamos fazer esse projeto de novo, porque foi muito interessante. Ele é importante para a educação ambiental das crianças, principalmente no ensino básico, e ensino fundamental de 6 a 12 anos. Então, isso é realizado já na cidade de São Paulo e, Mário, sem dúvida, é como o secretário Carlos comentou, o que nós (som ininteligível) de orçamento, de fato, somos orçamento. E isso é importante porque a Secretaria de Educação, com certeza, precisa desse apoio dos empresários etc. para que a gente possa. E é interessante esse estudo também, Mário, porque, por exemplo, na Zona Norte, quais empresas que nós temos aqui de renome que poderiam, nesse ajuda fiscal, contribuir para as escolas que estão próximas? Isso também é interessante para a gente desenvolver. Mas, na verdade, esse projeto já acontece, eu advogando aqui em favor da Secretaria de Educação, e da própria Prefeitura Ricardo Nunes, do atual secretário de Educação, que me desculpem, não sei o nome, agora, nesse momento, mas que permanece essas divisões de ensino fundamental, passando, sim, informações e tendo hortas nessas próprias escolas para a questão de educação ambiental junto às crianças e ensino básico. Então, mais ou menos, pode ter a certeza, Mário, estamos aqui à disposição certamente o Carlos também, porque sempre orçamento e dinheiro é sempre muito bem-vindo, e a Secretaria da Educação vai ficar feliz por isso também. Certeza, porque são pessoas maravilhosas, que estão lá no chão de fábrica, como diriam, na ponta, e as escolas estão gritando por esse apoio orçamentário e político. Valeu, vamos em frente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, José Ramos, por hoje. Obrigada pela sua explanação também, explicação. O Mário já colocou aqui, vamos falar mais à frente, né, Mário, com o José Ramos. E eu vou dar a última palavra para a Fanny, porque a gente tem ainda o aquático que a gente tem que apresentar para vocês também.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: O Secretário de Educação é o Padula, Ramos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Nós vamos ter que, vou dar a palavra agora para a Fanny. Pode, pode sim. Por favor, Fanny.

Fanny Elisabete Moore: É muito rápido. Primeiro, dizer ao Mário que essa presença da iniciativa privada é superimportante. Não dá para fazer nada separado, nem só o poder público, nem só a sociedade civil. Então, eu acho que é muito bem-vindo à iniciativa. Faltou para eu compreender um pouco como isso será operacionalizado. Você mencionou a experiência de juiz de fora de Minas Gerais, mas não deu tempo de você contar se ela se efetivou e como é que ela foi produzida. É basicamente essa a minha pergunta. Muito obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Obrigada, Fanny. Você quer comentar, Mário?

Mário Luís Fernando Albanese: Oi, Fanny. Então, lá estamos em fase de implementação, mas, na verdade, o custo disso e a forma de fazer, nós vamos envolver as subprefeituras no local. Como foi bem colocado pelo Sr. José Ramos, nós temos que mapear as indústrias e as empresas daquela região juntamente com a Secretaria do Verde. Vou solicitar aí uma conversa depois com o secretário adjunto Carlos, para que nós possamos trazer essa oportunidade para essas empresas renunciarem fiscalmente, investindo nessas crianças, nessas escolas, e em outros projetos que a prefeitura vier agregar juntamente lá em cada região. Então, isso lá em Juiz de Fora está sendo implementado, assim que eu tiver o retorno de lá, eu já passo para você, Fanny, para que a gente possa também já ter esse case e esse modelo lá de Juiz de Fora, que não se compara à cidade de São Paulo, como o Carlos disse, é um país, então aqui nós temos que ter tudo multiplicado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Mário. Obrigada, Fanny, pela sua contribuição de hoje. Passando agora para o quinto ponto do expediente: Apresentação do transporte aquático, pela conselheira Janaina Decarli da SMT. A Janaina está aqui com a gente presente. Seja muito bem-vinda, Janaina. E segue, então, para a sua apresentação de hoje.

Janaina Soares Santos Decarli: Boa tarde a todos. Bom vir aqui para mostrar aos colegas membros aqui do CADES o novo projeto aquático da Secretaria de Transporte - SPTrans. É o projeto piloto que está em plantação, falar um pouco desse sistema para vocês e contextualizar um pouco o que é esse projeto piloto e o que é o sistema hidroviário do município de São Paulo que está em implementação. Eu vou compartilhar aqui a apresentação. Um instante, por favor. Bom, então o Sistema de Transporte Público e Hidroviário, ele está iniciando na Represa Billings, denominado como Sistema Aquático SP. Esse sistema, é importante falar que ele está previsto a ser implantado na... Só um instante para corrigir uma questão aqui. Acho que agora sim está aparecendo correto. Importante dizer que esse sistema, ele foi instituído pela Lei nº 16.010, em 2014, sendo que os principais objetivos dessa lei era articular o transporte por embarcações com o Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, convencional, viabilizando deslocamentos com segurança, eficiência, conforto e rapidez para curar todo o usuário da cidade. Então, propiciar também uma opção de meio de transporte alternativo e seguro, econômico, rápido e confortável, e disciplinar o ambiente urbano e melhorar a paisagem e o meio ambiente. Eu destaquei só essas questões, mas quando a gente entra na lei, ela tem uma série de outros objetivos que façam, inclusive, por questões de saneamento, meio ambiente, preservação da represa, ou seja, um projeto muito maior. A gente na SPTrans, por que surgiu todo esse projeto agora? Por que essa implementação? Como se sabe, a crise da mobilidade na cidade de São Paulo é algo que cresce cada vez mais, é agravante. E na região sul, ela ainda é maior. Isso em razão da urbanização acelerada, descompasso de infraestrutura, corredores, terminais. O que propiciam também a ocupação das margens da represa pela população de baixa renda, o que traz para todo o sistema, para toda cidade, questões importantes de desconomias, acidentes, mais poluição, mais violência, mais aumento das taxas de emissões, ocasionando sempre menos qualidade de vida, menos produtividade. Os estudos lá da SPTrans, a gente que faz a gestão do sistema, esse é o mapa temporal da cidade, principalmente no Eixo sul e leste, e aí a gente pode perceber que quanto mais a sul da cidade maior é o tempo de deslocamento das pessoas. Chegando agora, esse número é recente, é de 2022, tendo uma margem de aproximadamente acima de 90 minutos a 140 minutos de deslocamento até o centro. Quando a gente vem mais para o centro, a gente percebe que vai ficando mais azulzinho, então ficando entre 20 minutos na maioria do grande centro expandido, que alcança, inclusive, ali Jabaquara. Então, quanto mais o extremo, mais a dificuldade de transporte, mais a dificuldade, inclusive, de oferta de serviço. O que é o aquático? O aquático é esse sistema de transporte público, ele foi instituído pela Meta 44 do Plano de Metas da Prefeitura e seu eixo estratégico São Paulo mais ágil, de implantar esse sistema. Preliminarmente, ele é um sistema que está composto em duas fases para implantação, ao total, ele deverá ter dez fases, mas agora os estudos estão pautados numa travessia que vai, basicamente, de pedreira, até o Cantinho do Céu. Como é que estão separadas essas fases? A primeira fase do aquático, ela vai fazer uma travessia entre o Terminal Intermodal Pedreira, que fica na Rua do Mar Paulista, no Distrito de Pedreira, até o Terminal Hidroviário Gaivotas-Cocaia, que fica ali próximo, onde será a futura ponte Graiúna-Cocaia e estrada do Cocaia. E depois partir para o Terminal Cantinho do Céu. A fase dois, ele deve ter o terminal intermodal Pedreira com o terminal hidroviário Apurá, fazer uma nova conexão com o terminal intermodal Gaivota-Cocaia e finalizar lá no terminal Cantinho do Céu. Todos esses sistemas, os locais de implantação, a rota de navegação, o barco, todas essas que apresentam questões e aspectos que precisam ser avaliados, que precisam ser estudados, que levam um certo tempo para a implementação. Deste modo, para testar a viabilidade do sistema, foi definida uma rota preliminar chamada como projeto piloto. Esse projeto piloto, ele faz a ligação Mar Paulista até o Cantinho do Céu. É uma rota inicial, que ela pode trazer grandes impactos, principalmente para as pessoas que serão beneficiadas, e ela visa testar a viabilidade da operação e orientar o uso dos recursos públicos em toda a sua amplitude. Para o projeto piloto foram determinadas algumas premissas para possibilitar a eficiência dele. Então ele deveria ser um serviço, uma operação, uma travessia que atendesse aos padrões de deslocamento lá da região sul, ou seja, os estudos foram buscar quais eram os maiores padrões, os mais incidentes para que o piloto fosse implantado atendendo isso. Ele também deveria ser focado para onde tinha as maiores demandas. Então, além desses padrões, quando a gente cita padrões, a gente está falando em circuitos, por onde as pessoas estão indo. E onde tinha as demandas, então tinha que ligar os circuitos com as demandas. Ele deveria possibilitar conexões com outros modais, tanto ônibus quanto CPTM, ou metrô, ou seja, quais outros modais ele poderia possibilitar, ele deveria utilizar estruturas existentes, então ele trazer oportunidades para não gerar grandes impactos ali. Então identificou-se o Parque Cantinho do Céu, que é do Programa de Mananciais, que está totalmente implantado ali. Ele deveria ter uma rota navegável sem necessidade de dragagem, onde fosse os pontos mais profundos da represa, não poderia incendiar em desapropriações e reassentamento, e teria que ser um dos locais com o menor adensamento arbóreo também nas margens da empresa. Além disso, ele teria que atender toda a legislação pertinente dos órgãos licenciadores das regras de navegação da Marinha, garantir as melhores condições de segurança ambientais e sociais para a população e os locais de plantação, fornecer

subsídios e dados para amparar a implantação do sistema aquático e propiciar alinhar tudo isso com as ações que deverão ser tomadas e a efetividade dos investimentos públicos. Ele deveria reduzir o tempo de deslocamento da população de forma significativa para, porque inicialmente como o piloto foi implantado com embarcações a diesel, ele deveria fazer um número de viagens que pudesse significativamente reduzir o número de veículos que contornam a represa, então, o ganho na questão de emissões estaria nesta questão. E aí também contribuir com a qualidade de vida e do ambiente lá na região sul. Quando a gente fala, por exemplo, de aproveitamento de infraestrutura, aqui eu trago um mapa da implantação do Parque Cantinho do Céu. Então já existia o parque linear, as quadras, as instalações, e está projetado em preto e na imagem acima, em cinza, como foi implantado o atracadouro. Então, para oportunizar esse espaço que já tinha uma intervenção e a gente não ter que gerar maiores intervenções. Então, o projeto foi todo desenvolvido, inclusive, com um foco sustentável, desde a produção das instalações, que foram todas pré-moldadas, até o transporte. Sendo que todas as dimensões foram pensadas para aproveitamento de material, que gerou apenas 1,8% de desperdício no resíduo industrial. As áreas indicadas para a implantação do piloto, elas estão inseridas em áreas de proteção de recuperação dos mananciais. Esses locais foram escolhidos, inclusive, considerando a possibilidade de preservação da atual qualidade ambiental em pontos específicos com baixa densidade. Aí vem um pouco dos dois pontos do cadastro segundo o GeoSampa. Em cada um desses locais, então eram locais com baixa cobertura arbórea, arbustiva ou arborescente e, predominantemente, vegetação herbácea ou arbustiva de várzea ou de prédio. Os dois pontos em que foram implantados os atracadouros flutuantes são parques municipais. No eixo do Mar Paulista é ao lado do Parque Linear Mar Paulista e no eixo do Cantinho do Céu, no Parque Linear Cantinho do Céu, também Ferrugem, que é homenagem ao navegador que passou por um incidente grave lá. Ainda assim, no eixo do Mar Paulista, a diretriz de menor incidência de superação arbórea, aliada à diretriz de não ocasionar desapropriação, indicou o local mais oportuno, a área da EMAE. É uma área no eixo da avenida Mar Paulista que não está murada, ou seja, não está compreendida nas instalações físicas da EMAE, mas é uma área de pertencimento à EMAE, que a gente pediu uma sessão de uso por 30 meses para poder implantar o sistema. Também aliado a diretriz de maior proximidade e propiciar a conexão com outros modais, essa área se mostrava mais favorável, porque dali poderia fazer uma conexão para Santo Amaro e para a Estação Autódromo da CPTM. Sendo assim, nesse local foi necessário fazer a supressão de 33 mudas, sendo que o plantio, sendo que a compensação dessas 33 mudas se deu a partir do plantio interno de 40 mudas de DAP-3, o plantio em parque municipal de 137 mudas e ainda a conversão de 153 mudas por FEMA, resultando numa compensação de 330 mudas, que são essas que estão projetadas aqui. O cadastro, o resumo das 33 mudas que precisaram ser suprimidas no eixo do Mar Paulista, na área da EMAE, compreendem. Desculpe, eu estava falando muda até agora das 33 árvores. É o correto. Compreendem. Doze mudas, sendo que quatro estavam mortas, treze eram exóticas e somente quatro dessas árvores eram nativas. Nesta mesma imagem, projetado em cinza o círculo das árvores que precisaram ser suprimidas e as demais que puderam ser preservadas. Esta é a simulação que foi feita, é o cenário que foi escolhido para a implantação do piloto. Então, nesse mapa, a gente mostra lá embaixo o eixo do Grajaú. O traçado está com um mapa também, temporal, pela velocidade que ele leva em cada um dos trechos no viário que é possível percorrer nesses índices. Porque nessas regiões da zona sul também existe um conflito de viário inadequado, sendo que os veículos de transporte não podem fluir por dentro de todas as ruas que são estreitas, não tem a largura necessária para transitar. Então, no viário mais oportuno, o usuário leva 1h20min para contornar toda a represa e chegar do outro lado. Então, o aquático vai beneficiar toda a população direta da Cidade Ademar e Capela do Socorro. E quem é essa população que ele vai beneficiar? Cerca de renda familiar, está dividida aí a população. Em azul é o pessoal de Pedreira e em laranja o pessoal do Grajaú. Então, a gente identificou que em Pedreira tem cerca de 51 mil pessoas diretas para utilizar o sistema e esses dados são colhidos a partir das informações do bilhete único. E no lado do Grajaú, 227 mil pessoas, cuja renda familiar, também a partir de dados extraídos do sistema, do cadastro do bilhete, é em torno, no lado do Pedreira de R\$ 3.200 e no lado do Grajaú R\$ 2.600, sendo a renda per capita no lado do Pedreira de R\$ 1.100 aproximadamente e no Grajaú de R\$ 815. A taxa de emprego e renda da população residente lá está um pouco aqui abaixo, de 0,15% no Grajaú e 0,26% no Pedreira, isso com relação a São Paulo, que está em cinza, que é de 0,51. Então, ou seja, são índices muito abaixo da relação da cidade. As viagens mapeadas que ocorrem na região também, a gente fez um levantamento e a gente descobriu que 15% no Grajaú é de transporte individual, 42% não motorizado, ou seja, por bicicleta ou caminhada e 43% no modo coletivo. Já no Pedreira, a gente tem 46% das viagens pelo modo coletivo, sendo 23% no modo individual, que aí a gente considera o veículo, e 32% no modo não motorizado, bicicleta ou caminhada. Essas referências para a cidade de São Paulo, elas estão muito próximas, no lado Pedreira. Então, ela está muito parecida com o que é normalmente mapeado na cidade. Os interesses, os modos de viagens diária são principalmente por três razões, no Grajaú, 17% sendo por diversos motivos, mais 50% sendo por estudo e outros 33% por trabalho. Já no Pedreira, 44% são pelo estudo, 9% por outros motivos e 47% pelo trabalho. Esse índice aqui em São Paulo está bem diferente, porque se aproxima mais com a característica da cidade, é realmente lá ao lado do Grajaú. O que a gente traz como lição desses levantamentos é que os deslocamentos por estudo na cidade ou nas regiões mais periféricas, eles tenham aumentado. E isso deve ser uma razão de incentivo, pela SPTrans, através dos dados

do bilhete único, a gente pega pelos levantamentos, inclusive, do bilhete escolar, que as pessoas, se elas têm possibilidade de se deslocar para estudar numa instituição de maior qualidade, que às vezes não é possível ser instalada na região que ela reside, ela vai. Então, ela vai, ela pega o bilhete único, ela corre atrás, ela busca. E isso, quanto maior os níveis de graduação, maior ainda os índices. Então, a gente entende, a gente verifica que nos níveis de educação de base, os índices são menores, até porque existem outras políticas do município, como vai e volta das escolas e as peruas escolares, mas à medida que a população vai aumentando a sua condição de graduação, ela vai buscando elementos para poder se deslocar e buscar cada vez mais educação de qualidade. Então, em números gerais, quando a gente pega ainda aquele primeiro traçado que eu mostrei para vocês e as velocidades, a gente vai substituir um traçado de 1h20min das pessoas por 17 minutos. Então, as pessoas que levavam todo aquele tempo para contornar a represa vão passar a fazer esse trajeto a partir dessa linha azul aí mapeada no slide. A princípio, o início da operação do projeto piloto são duas embarcações, uma de 60 e outra de 30 lugares. O horário de funcionamento é todos os dias, inicialmente das 10 às 16, e à medida que a operação for avançando, acrescenta-se 30 minutos. Até 31 de dezembro, a viagem será gratuita, após este período, o transporte será integrado com o valor da passagem do bilhete único. A redução, então, como eu disse, de 1h20min para 17 minutos. Para implantar o projeto piloto, foi necessário buscar a interlocação com diversos órgãos. A gente sem querer esquecer de nenhum, mas os que participaram mais diretamente, subsidiando com informações e possibilitando essa implantação, significativamente a Secretaria de Mobilidade, a SMT, juntamente com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a Secretária de Habilitação no Programa de Mananciais, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, a GCM, principalmente a GCM Ambiental, a Subprefeitura de Capela de Socorro e Cidade Ademar, além de órgãos do Estado, como Sabesp, CETESB, FAUUSP e EMAE. Então é importante dizer que quando também no estabelecimento do sistema hidroviário no PDM, a SPTrans celebrou um convênio com a FAUUSP para que pudesse fazer uma parceria buscando subsídios para a implantação do sistema. A parceria com a FAUUSP, ela contribuiu significativamente com a concepção do projeto piloto, com questões, por exemplo, como a identificação da rota navegável, a escolha dos locais para a implantação dos atracadores, onde seria estabelecida a ligação. Então os dados deles, em conjunto com os dados de SPTrans, identifiquei esse resultado. O projeto referencial também foi feito a partir das indicações da USP, a premissa era de que fossem atracadouros flutuantes para que não fizesse estaqueamento na represa nessa fase do piloto. Os principais caminhos, as principais anuências, caminhos percorridos para a implantação do piloto foi a partir da EMAE, com a concessão da área do uso do mar paulista, passando por CETESB, quando foi feita a proposta de licenciamento ambiental em julho de 2023, com vias para pegar todos os mapeamentos de interferência, COMGÁS, porque ali existe a RETAC, que é um duto de alta pressão que passa sobre a Billings e leva o gás lá para Cubatão, subprefeitura de Cidade Ademar, Sabesp, trazendo todas as certidões e as diretrizes de esgotamento, SMUL, SVMA, DAEE com a verificação de outorga, a CLA de SVMA com o termo de compromisso ambiental, a CETESB voltou à cena por duas ocasiões com a necessidade de implantação do alvará e também para dar a autorização para a intervenção em área de mananciais. E a EMAE autorizando a implantação dos atracadouros flutuantes, que é importante dizer que a gestão da Billings é de responsabilidade da EMAE. A Sub Cidade Ademar e, por fim, o parecer técnico da CETESB da operação, quando eles verificaram o barco, as condições, o abastecimento e deram todas as diretrizes que seriam necessárias para elaborar o PEI e suas normas de abastecimento também. As instalações são pequenas, já me adianta dizer exatamente, porque uma das premissas era de que fosse um projeto com menores impactos. Então, a gente não queria possibilitar uma grande ocupação ou permeabilização de solo ali, foi feito o mínimo necessário para que pudesse proporcionar ao usuário uma experiência com conforto, no sentido de ser abrigado em condições de interfere climático, quando estivesse chovendo, um sol muito quente, possibilitar cadeirante, possibilitar termo sanitário, possibilitar um bebedouro ou alguns outros serviços de conveniência que hoje fazem parte da vida da população. Então, as instalações são basicamente pré-moldadas tubulares que têm bancos, bancos, inclusive, reservados, elas têm sanitários, elas têm ponto de recarga de bilhete único, as plataformas têm o alcance e a medida necessária para propiciar o deslocamento até o ponto de atracagem que fosse mais oportuno para os barcos chegarem sem necessidade de dragagem. Então, as plataformas não chegam diretamente até a margem, exatamente possibilitando que em períodos de seca ou de recuo da cota da represa, o serviço possa se manter o maior tempo possível operando. Aqui um pouco da extensão da plataforma, aqui um pouco dos serviços que tem nas instalações. Então, elas são acessíveis com monitoramento painel informando, seja sobre as linhas de ônibus que operam ali, quanto do horário dos barcos que vão chegar. As duas instalações são acessíveis, foram submetidas à avaliação de CPA e obtiveram selos de acessibilidade. Foi construída no eixo ainda do Mar Paulista uma baía para que o veículo circular que faz a ligação Santo Amaro, autódromo e aquático pudesse parar com exclusividade e não criar conflito com o trânsito do local. E os veículos circulares que fazem o atendimento ao sistema aquático são todos elétricos. Também foi implantado um bicicletário com 50 vagas, pretendendo oportunizar também um incentivo da população local a utilizar a bicicleta, já que nos dois pontos de atracagem, como eu disse, trata-se de parques. A pessoa não precisa necessariamente estar utilizando o aquático para utilizar o bicicletário. O bicicletário tem segurança, tem vigilância, a pessoa só precisa fazer um cadastro para poder deixar a bicicleta lá e retirar no

período que ela pretende. Aqui os principais itens oferecidos para todo o serviço, por exemplo, USB, tanto nas instalações quanto nos barcos, ar-condicionado no barco e no terminal, Wi-Fi gratuito, a televisão para passar mensagens institucionais, principalmente no barco e relacionadas à operação. Então, como eu disse, o bicicletário e a acessibilidade, e em ambos os pontos têm ponto de recarga para a cadeira de rodas elétricas e todos os sanitários são acessíveis. Bom, então a gente entende que o sistema pode proporcionar segurança, conforto e respeito ao meio ambiente. Os resultados já do projeto piloto do aquático que se entende que já estão começando a ser colhidos, é principalmente relacionado à educação e emprego, com estímulo à empregabilidade e à educação de jovens, com trajeto mais rápido e eficiente, a gente percebe que pode possibilitar ainda, favorecer, aumentar os índices de deslocamento para a educação. Segurança e saúde, a melhora das condições de segurança e saúde ali dos locais, à medida que os locais passam a serem ocupados, eles começam a mudar a condição do entorno e isso traz em saúde, um bem-estar para as pessoas que antigamente, principalmente no oeste do Mar Paulista, que não existia nada, inicialmente quando a gente fazia as vistorias ali, era até insalubre, porque era muito lixo, muito resíduo, era perigoso. Todo mundo aconselhava a gente não ir lá. Hoje ele está completamente diferente, as pessoas começam a fazer caminhada, as pessoas começam a ir para ver o aquático, as pessoas começam a participar mais e pertencer àquela região, segurança da mesma forma, a mobilidade regional e local. Então, está possibilitando às pessoas a se deslocar, porque às vezes, quando elas pensavam, vou pegar um ônibus e percorrer toda a (som ininteligível), eu não vou. Agora, ela se incentiva a estar indo ao meio ambiente, porque a gente entende que, à medida que evidencia a represa, outros atores vão começar a participar desse projeto e a gente vai possibilitar fomentar uma conversa muito maior com várias instâncias para a preservação da Billings, inclusive. Ocupação humana, então, assim, ao contrário do que todo mundo sempre fala, inclusive, o pessoal da (som ininteligível) fala isso, a ocupação humana, as margens da Billings, ela já está lá. Agora, a gente precisa requalificar aquilo. Então, à medida que tem um projeto desse, que possibilita que outros olhares recaiam sobre esses locais, isso começa a regular um pouco mais essa questão de ocupação. E não sendo um serviço essencial público necessário, o projeto está observando fazer a interlocução maior possível com outras esferas, seja da administração municipal como também estadual, buscando parceria para que, olha, vou instalar um serviço ali. O que você vê que é importante estar colocando junto? Como, por exemplo, a parceria com a Secretaria do Verde do Meio Ambiente para possibilitar utilizar tanto o Parque Cantinho do Céu, quanto o Parque Mar paulista, compartilhando, inclusive, as infraestruturas administrativas, para que as instalações do aquático não precisassem fazer edificações administrativas para a gestão da operação dos sistemas. Essas infraestruturas foram cedidas também pela Secretaria do Verde do Meio Ambiente, lá no Eixo do Cantinho do Céu. Aqui sob o PEI, o Plano de Emergência Individual, foi contratada uma empresa para fazer o serviço dedicado, exclusivo, de treinar toda a equipe envolvida com a operação do aquático para emergências. Essa empresa fez um treinamento com todos os envolvidos e foi feito um simulado lá no local. Este é o procedimento de abastecimento da embarcação, então, embora seja a diesel, é feita toda a contenção na represa para que, em caso de um possível cair uma gota, cair um derramamento, acontecer qualquer coisa, a área já está adequadamente segregada para que não haja nenhum derramamento e isso possa causar uma condição pior na represa. Aí, o projeto piloto que está implantado, como eu disse, ele deverá trazer subsídios para o Sistema Municipal Hidroviário. Sendo assim, os estudos para o Sistema Municipal Hidroviário, eles permanecem. E eles têm, pelo menos, umas quatro etapas que são transversais, concomitantes e, ao mesmo tempo, codependentes. Ou seja, elas se misturam o tempo inteiro. A etapa 1 são os estudos preliminares, a concepção do projeto, projeto funcional, enfim. A etapa 2 é toda a parte de meio ambiente. A etapa 3 envolve as engenharias das infraestruturas e das embarcações, e a etapa 4, o projeto executivo e a implantação, ou seja, as obras do sistema. Compreendido na etapa 1 tem coleta e análise de informações como batimetria, topografia, geotecnia, sondagem, cadastro, entre outros, levantamento e análise das condições ambientais do local, estudo da navegabilidade, análise mercadológica, o benchmarking internacional, estudo de demanda de transporte, definição de cenários e modelagem dos fluxos. A etapa 2, que envolve basicamente os estudos ambientais, é o licenciamento e a consulta e manifestação de demais órgãos, a elaboração do EIA/RIMA, e as condicionantes de consulta que vão ser geradas pelos processos de licenciamento. A etapa 3, que a gente fala que é a engenharia de infraestrutura e das embarcações, é o projeto de construção dos terminais e atracadores, além das embarcações. E a 4 é o projeto executivo dos terminais e atracadores, execução das obras, compra das embarcações, operação de serviço e manutenção do sistema. Aqui, a lição de casa, é o que a gente tem buscado verificar a nível mundo de operação que possa ser semelhante àquela que São Paulo está pretendendo implantar na cidade. Essas verificações estão sendo feitas sob o aspecto de transporte fluvial. Então, a nossa operação, por ela ser fluvial, ela difere um pouco de outras operações que observamos por aí, por exemplo, como a travessia Rio-Niterói. Então, a gente foi buscar algo que estivesse um pouco mais assemelhado ao nosso trabalho, que se trata predominantemente de águas lodosas, não arenosas, não é marítima, não tem as condições de ondas ou ventos que o mar, é água represada, não é fluvial, via rio. Então, a gente tinha que buscar alguns aspectos que trouxesse para o cenário da represa Billings principalmente agora no piloto. Alguns desses aqui divergem, diferem, mas em cada um deles existe um ponto de atenção que foi observado. Para que fosse considerado aqui. Nível mundo, como é que está, como que é mais ou menos a condição de

transporte, o quanto que as pessoas se deslocam por esse meio. Importante dizer que estivemos, não está aqui, mas a gente esteve também em Florianópolis, olhando a Operação Lagoa da Conceição, Rio de Janeiro, olhando a Operação Rio Niterói e o Canal da Barra. Manaus, olhando a operação de travessia lá. E, por último, a última que nós estivemos fazendo pesquisa e olhando mais ou menos para trazer um pouco mais de subsídios para nós, foi Ilhabela aqui do DH do estado de São Paulo. Eu tentei fazer uma apresentação um pouco mais rápida, porque eu gostaria de apresentar todo esse sistema para os membros do CADES. É importante dizer que nas próximas etapas, tanto nas questões da venda e as futuras, muitas questões vão ser trazidas aqui para a deliberação e consulta no CADES. Atualmente, para o sistema hidroviário na Represa Billings, para o serviço que está sendo feito, é o licenciamento. Já foi protocolado a caracterização preliminar do projeto na CETESB. A consulta prévia já está em andamento, a definição das embarcações, ou seja, tem sido feita pesquisa sob o aspecto e a ótica de ser embarcações elétricas. Os projetos estão sendo desenvolvidos de forma multidisciplinar e as desapropriações dos locais necessárias à implantação das instalações. Então, hoje, são os serviços que estão em andamento. Aqui, por último, eu vou mostrar um vídeo relacionado e pautado principalmente a esse projeto que está em elaboração, que está em operação e não em elaboração, para que vocês entendam um pouco o que é o Projeto Piloto do Aquático, e depois eu me coloco à disposição para perguntas relacionadas ao sistema municipal hidroviário. Apesar que eu acho que eu o tenho aqui, deixa eu interromper só um minuto. Eu peço desculpa porque eu não entendo muito disso aí. Um pouco de paciência dos meus colegas, mas rapidinho eu coloco aqui.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Janaína, a gente manda o link do vídeo para todo mundo. Janaina Soares Santos Decarli: Perfeito. Então eu vou aproveitar se alguém tiver alguma pergunta, por favor.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Acho que é melhor você passar no grupo, porque devido ao horário também, quase todos os conselheiros e conselheiras já estão saindo da sala. Então, assim, eu quero agradecer imensamente a sua apresentação, que foi de extrema importância aqui para a gente também. Agradecer aos conselheiros que ficaram até agora para a apresentação da Janaína. E (som ininteligível) mas porque a gente pediu essa informação para você, porque estava tendo muito questionamento aqui na cidade de São Paulo, referente a esse aquático, né? Então foi de extrema importância, sim, você está apresentando hoje, mas deu para pegar, e então vai estar gravado aos conselheiros que saíram, para poder ver isso aí de novo, e você também vai fazer essa apresentação via um e-mail para a gente. O seu, do Mário, e da Estela. Lembrando que quem ficou aqui ainda, mas eu quero deixar gravado, que no dia 22 e 23 de junho, sábado e domingo, das 10 às 17h, na Praça das Artes, teremos a virada ODS. Então, todos estão convidados.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Convocados. Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: O Carlos está convocando, eu estou convidando. Até então que nós veremos, Celina, já vou te dar a palavra. Nós aqui da Secretaria do Verde estaremos com uma tenda da ODS lá para acolher vocês aí. Então nós estamos já na reta final dessa tenda e eu passo para vocês no grupo quando estiver tudo prontinho aí. E os CADES regionais, que é os 32 CADES regionais, estarão com totens estamos fazendo, pela RI, 10 totens com os 32 CADES regionais, onde também vai estar à disposição dos 32 projetos da Cidade de São Paulo dos CADES regionais. E hoje nós estamos, não sei se está aqui ainda, mas nós estamos com duas convidadas do CADES do Aricanduva, a Isabela e a Miriam, é Mirian, né, Rute, Mirian não veio, mas a Isabela está aqui. Então eu quero agradecer pela sua presença de hoje, Isabela, pela sua presença aqui hoje. Celina e Fanny, eu vou dar a palavra, dou um minutinho para cada uma, porque a gente já está no final da nossa reunião. Eu tenho uma outra reunião às 14 horas, devido aos dois informes de hoje cedo. Celina, por favor, e logo em seguida, Fanny.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: É rapidinho. Eu queria, então, participar do projeto do IPTU Verde. Depois vocês passam para mim, passam lá no grupo como é que eu poderia fazer. E eu queria cobrar de novo aquela apresentação da zeladoria, que até hoje não foi passada. Ela falou que é só fazer umas correções. Estou aguardando, então. Obrigada, é só isso.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Celina, a Fanny já foi copiada no e-mail. Nós já encaminhamos esse e-mail, a Neuza já encaminhou pelo CADES Municipal. Se, caso eles não encaminharem essa semana, eu vou fazer uma ligação para eles lá cobrando. Eu não sei se o Douglas está aqui ainda com a gente. Douglas, se você puder auxiliar nisso aí, aí dentro da sua secretaria, para cobrar a apresentação que foi feita no mês passado. Obrigada. Fanny?

Fanny Elisabete Moore: Liliane, eu estava aguardando as respostas do pessoal da gestão de resíduos sólidos. Eles levaram sete perguntas na apresentação do mês passado. Passou um mês, nós não tivemos retorno. Eu solicitei ao CADES Central e hoje não apareceu na pauta e não tem essa resposta. Eu gostaria que ela fosse trazida para o CADES, por favor.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Tudo bem, Fanny. Você foi copiada no e-mail, como eu disse para a Neuza, para ela te copiar no e-mail. Nós estamos cobrando essa resposta e, sim, quando a gente tiver essa resposta, nós vamos dar aqui no CADES Municipal. Eu peço encarecidamente que as suas solicitações estejam sendo atendidas pela Secretaria do Verde, por mim, como coordenadora, e nós realmente não vamos deixar você sem a sua resposta. Então, a gente depende também de terceiros,

de outras secretarias para estar dando resposta para você. Então, até pedi para o Neuza te copiar no e-mail para você ficar ciente que nós estamos sim atendendo a sua solicitação, Fanny. Obrigada. Passamos agora, então, ao nosso presidente da mesa para dar encerramento na nossa reunião de hoje. Obrigada. Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Pessoal, depois a gente teve quatro ou cinco apresentações?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Três apresentações e dois informes.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Exato. Mais uma foi... Bom, o dia foi longo. A gente tenta, na medida possível, até para a organização da agenda dos nossos conselheiros, não passar de uma hora. Hoje passou um pouquinho, quase 25 minutos. Então, teve os informes extras, mas, de qualquer forma, é sempre engrandecedora e essas palestras fazem parte. Eu sempre discuto muito aqui que é fundamental que o que acontece na Secretaria, os projetos que têm relação direta com o Verde sejam apresentados aos nossos conselheiros municipais e que de alguma forma sejam também compartilhados com os conselheiros regionais, porque vocês fazem parte da Prefeitura, dos projetos de meio ambiente da Prefeitura, e a gente tem sempre que envolver vocês. Como o nosso secretário Ravena fala, se não fosse o CADES Municipal, não existiria a Secretaria do Verde Meio Ambiente. É muito positivo, é muito legal ter a companhia de vocês e poder compartilhar essas informações. E, no caso, por exemplo, como a apresentação da Janaína, mostrar que muita coisa que aparece na imprensa, que é noticiada na imprensa, não é bem assim. E vocês, como representantes da Sociedade Civil e os nossos representantes do governo, junto ao CADES, devem, precisam conhecer o que realmente está sendo feito, o que acontece e as iniciativas do Governo Municipal. Dessa forma, agradeço demais a presença de todos, mais ainda aqueles que ficaram até agora, e com isso dou por concluída a nossa reunião e vejo vocês na próxima. Um grande abraço e uma ótima semana para vocês. Tudo de bom, tchau.

São Paulo, 13 de junho de 2024

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Documento: [105587512](#) | Resolução

Resolução nº 270/CADES/2024, de 13 de Junho de 2024.

Dispõe sobre a aprovação da ata da 264ª Reunião Plenária Ordinária CADES.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 265ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a Ata da 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiros que aprovaram a Resolução:

Ligia Palma de Barros Latorre Lobo

marcos antonio santos romano

eduardo murakami da silva

patricia marra sepe

janaina soares santos decarli

douglas de paula d'amaro

fernanda lanes aguiar cezar

magali antônia batista

claudio de campos

licia mara alves de oliveira ferreira

yuri horalek e domingos

josé carlos da silva paludeto

rosélia mikie ikeda

anita de souza correia martins

juliano ribeiro formigoni

guilherme del nero fiorellini

marco antonio lacava

estela macedo alves

edilene souza machado

carlos alberto de moraes borges

mario luis fernando albanese

josé ramos de carvalho

tereza cristina m. da cunha

jaciara schaffer rocha

maria de fátima saharovsky

delaine guimarães romano

CELINA CAMBRAIA FERNANDES SARDÃO

marcelo rebelo de moraes

Coordenadora Geral: Liliane Neiva Arruda Lima

Secretário Executivo da Mesa: Rute Cremonini de Melo

São Paulo, 13 de junho de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PARQUES E BIODIVERSIDADE MUNICIPAL

Documento: [105578240](#) | Despacho deferido

6019.2024/0002394-5

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do Coordenador de CGPABI, em SEi [105577104](#), que adoto como razão de decidir, autorizo, o fornecimento das espécies e quantidades descritas na listagem exibida em documento [105574146](#) do processo SEi **6019.2024/0002394-5**, nos termos requerido pelo interessado, que perfaz o valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

2 - Caso as espécies ou respectivas quantidades não estejam disponíveis para retirada na data agendada, estas poderão ser substituídas, de acordo com a disponibilidade em estoque e em comum acordo com a unidade solicitante, desde que dentro dos valores de referência.

3 - A presente autorização tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação no DOC.

4 - Publique-se;

5 - A seguir, à SVMA/CGPABI/DPHM para ciência e devidas providências.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Documento: [105574611](#) | Despacho deferido

6016.2024/0083357-6

DESPACHO:

1 - Com base nas informações prestadas pelos órgãos técnicos desta Pasta e, em especial, a manifestação conclusiva do Coordenador de CGPABI, em SEi [105574327](#), que adoto como razão de decidir, autorizo, o fornecimento das espécies e quantidades descritas na listagem exibida em documento [105499235](#) do processo SEi **6016.2024/0083357-6**, nos termos requerido pelo interessado, que perfaz o valor total de R\$ 506,85 (quinhentos e seis reais e oitenta e cinco centavos).

2 - Caso as espécies ou respectivas quantidades não estejam disponíveis para retirada na data agendada, estas poderão ser substituídas, de acordo com a disponibilidade em estoque e em comum acordo com a unidade solicitante, desde que dentro dos valores de referência.

3 - A presente autorização tem validade de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação no DOC.

4 - Publique-se;

5 - A seguir, à SVMA/CGPABI/DPHM para ciência e devidas providências.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente